

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**ADAM SMITH: UMA RELEITURA À LUZ DE SEU
CONTEXTO E DO “PARADOXO DE ADAM SMITH”**

ALLAN OLIVEIRA SOBRINHO FONSECA

Matrícula nº: 105.028.779

ORIENTADOR: Prof. Jaques Kerstenetzky

MARÇO 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**ADAM SMITH: UMA RELEITURA À LUZ DE SEU
CONTEXTO E DO “PARADOXO DE ADAM SMITH”**

ALLAN OLIVEIRA SOBRINHO FONSECA
Matrícula nº: 105.028.779

ORIENTADOR: Prof. Jaques Kerstenetzky

MARÇO 2009

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor.

“Cada faculdade do ser humano é medida com a qual ele julga a faculdade do outro. (...) Julgo sua percepção pela minha percepção, seu ódio pelo meu ódio, sua razão pela minha razão, seu amor pelo meu amor. Não tenho e não posso ter outra forma de julgar.”

Adam Smith

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, ao meu orientador, o Professor Jaques Kerstenetzky, pelos seus valiosos comentários e pelas suas indispensáveis contribuições ao longo deste projeto ousado e desafiador.

Agradeço também a todos os professores do Instituto de Economia da UFRJ, que com esmero e dedicação contribuíram para a minha formação de economista.

Agradeço aos meus pais, pela imprescindível dedicação dispensada em minha formação e educação, que moldou os meus valores de justiça, tolerância, igualdade e compreensão.

Agradeço a meu irmão, por sua influência involuntária na minha decisão de ser economista e por todas as discussões que tivemos, que, embora a concordância não tenha sido nelas central, foram incomparavelmente importantes para o desenvolvimento e o amadurecimento do meu modo de pensar.

Agradeço, ainda, a todos os meus amigos, pelos anos de convivência tranqüila e descontraída.

Agradeço, por fim, à Juliana, pelo apoio, pela dedicação e pelo amor com os quais me brindou nos últimos anos, contribuindo de maneira decisiva para o meu desenvolvimento e amadurecimento psicológico.

RESUMO

Este trabalho focaliza a filosofia moral de Adam Smith, procurando apresentar uma releitura de sua obra que leve em consideração o contexto de história, Teoria Econômica e filosofia no qual o autor esteve inserido durante sua produção intelectual, bem como o debate acerca do “paradoxo de Adam Smith” e o que emergiu, durante a sua elaboração, em termos de lições e desafios para a ciência. Para tanto, são apresentadas breves informações sobre a Escócia, a Inglaterra e a França nos séculos XVII e XVIII, sobre o mercantilismo, a fisiocracia e o liberalismo econômico, e sobre o Renascentismo, o Iluminismo e alguns pensadores relevantes.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
PARTE I – ADAM SMITH E SEU TEMPO	9
Capítulo I: A história de seu tempo	9
Seção I: A Escócia	10
Seção II: A Inglaterra	12
Seção III: A França	14
Capítulo II: A Teoria Econômica de seu tempo	17
Seção I: Mercantilismo	17
Seção II: Fisiocracia	19
Seção III: Liberalismo econômico	21
Capítulo III: O pensamento filosófico de seu tempo	23
Seção I: O Renascimento	23
Seção II: O Iluminismo	25
Seção III: Pensadores selecionados	28
PARTE II – A FILOSOFIA MORAL DE ADAM SMITH	33
Capítulo IV: A Teoria dos Sentimentos Morais	33
Capítulo V: A Riqueza das Nações	38
Capítulo VI: “Das Adam Smith Problem”	42
Seção I: A tese da ruptura	42
Seção II: A tese da unidade	44
PARTE III – O QUE EMERGE DA RELEITURA DE ADAM SMITH	47
Capítulo VII: Duas lições	47
Capítulo VIII: Um desafio	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

INTRODUÇÃO

A Ciência Econômica de hoje passa por um período de crise mal resolvida, fruto da crise das décadas de 1970 e 1980; a Escola Neoclássica, *mainstream* do pensamento econômico contemporâneo, enfrenta diversas anomalias internas ao seu programa de pesquisa científica e procura contorná-las afirmando ser o problema um desvio indiscriminado da ordem econômica natural por parte de alguns agentes econômicos, quando não as explica por meio de equações sofisticadas e quase incompreensíveis (ou mesmo injustificáveis).

Então, acredita-se que a Ciência Econômica deva recorrer à releitura das escrituras dos autores clássicos, como Adam Smith, David Ricardo, John Stuart Mill e outros, como uma forma de melhor compreender a si própria e de observar a sua trajetória de desenvolvimento, identificando os elementos que poderiam ser empregados de maneira diversa da que ficou consagrada na literatura econômica. Todavia, não se poderiam analisar todos estes autores no âmbito deste trabalho, o que torna inevitável restringir o escopo e selecionar um autor e alguns aspectos inerentes ao seu pensamento. Portanto, este trabalho irá centralizar esforços nos aspectos de filosofia moral de Adam Smith, que foi escolhido pela sua evidente importância na aurora da Ciência Econômica moderna.

Assim, este trabalho tem por objetivo apresentar uma breve releitura dos livros *Teoria dos Sentimentos Morais* e *Uma Investigação acerca da Natureza e as causas da Riqueza das Nações*. Esta releitura será feita sob o espectro de sua filosofia moral e à luz de todo o contexto, tanto histórico quanto filosófico, em que Adam Smith os escreveu e do “paradoxo de Adam Smith”, como ficou conhecido o debate acerca da existência de conexão entre as duas obras. Desta maneira, o trabalho foi dividido em três Partes fundamentais, cada qual dedicada, respectivamente: aos contextos de história, de Teoria Econômica e de filosofia; à releitura das obras e do “paradoxo”; e a uma breve apresentação do que emerge do esforço realizado neste trabalho.

A primeira Parte irá apresentar uma contextualização do autor e, para atingir tal finalidade, será dividida em três Capítulos, sendo o primeiro dedicado à história, o segundo, à Teoria Econômica, e o terceiro, à filosofia. No primeiro Capítulo, serão abordados os principais aspectos econômicos, políticos e sociais dos séculos XVII e XVIII para Escócia, Inglaterra e França. No segundo, as primeiras Teorias Econômicas modernas, quais fossem o Mercantilismo, a Fisiocracia e o Liberalismo Econômico. Por fim, no terceiro Capítulo serão

apresentadas algumas prováveis influências filosóficas que o autor teria sofrido ao longo de sua vida intelectual.

A segunda Parte, por sua vez, irá apresentar os principais elementos da filosofia moral do autor presentes nas duas obras, bem como a discussão acerca do “paradoxo de Adam Smith”. Neste sentido, o primeiro Capítulo desta Parte, quarto do trabalho, se dedicará à obra *Teoria dos Sentimentos Morais*, um verdadeiro tratado sobre a moralidade. O segundo, à obra *Uma Investigação sobre a Natureza e as causas da Riqueza das Nações*, uma teoria sobre a organização social baseada no mercado. Então, o terceiro Capítulo desta Parte estará dedicado ao debate acerca do “paradoxo de Adam Smith”, apresentando tanto os argumentos daqueles que defendem uma ruptura no pensamento do autor entre as duas obras quanto os dos que defendem que haja uma continuidade.

Finalmente, a terceira e última Parte deste trabalho irá abordar brevemente as questões que surgiram durante a elaboração de uma releitura feita com a consciência explícita de todo um contexto rico, fértil e inspirador no qual o autor estava inserido. Seguindo então esta linha, o primeiro capítulo desta Parte, sétimo do trabalho, trata do que ficou de lição desta experiência única que é reler um Smith contextualizado. O segundo Capítulo apresenta o que se acredita que surja como desafio tanto para a Ciência Econômica, quanto para as ciências em geral.

PARTE I – ADAM SMITH E SEU TEMPO

Inicialmente, este trabalho irá proceder a uma contextualização de Adam Smith, de modo a apresentar brevemente as características da época de produção intelectual do autor. O objetivo é aceitar que o sentido de proposições e conceitos empregados no passado não é imediatamente acessível à contemporaneidade, que sua efetiva compreensão exige que sejam considerados o ambiente intelectual no qual surgiram e as intenções do autor, mas também que suas proposições são úteis à compreensão do mundo atual, se devidamente contextualizadas.

Então, essa contextualização será feita por meio de três secções fundamentais. A primeira se dedica aos principais aspectos econômicos, políticos e sociais dos séculos XVII e XVIII para Escócia, Inglaterra e França, e se justifica pelo fato de que a história do tempo de cada um apresenta os desafios e as questões de cada geração. A segunda, às primeiras Teorias Econômicas modernas e se justifica não só pelo reconhecimento de que Smith não iniciou uma temática nova, como pela admissão do próprio autor de que aceitava e aproveitou muitos dos conceitos introduzidos por seus antecessores. Por fim, a terceira secção se dedica às influências filosóficas que o autor teria sofrido ao longo de sua vida intelectual e se justifica pelo fato de que, inevitavelmente, as correntes filosóficas contemporâneas aos autores influenciam o seu modo de pensar os problemas, bem como de resolvê-los.

Capítulo I: A história de seu tempo

Partindo-se do princípio segundo o qual cada um é produto de seu próprio tempo, embora não totalmente, identifica-se a necessidade de se apresentar as características que marcaram a época em que Smith escreveu. Neste primeiro capítulo de contextualização, serão abordadas as questões mais gerais, de cunho estritamente histórico, com o propósito único de tirar o autor do isolamento¹ a que acabam sendo muitas vezes submetidos os grandes pensadores de todas as ramificações do campo científico, da mais racional e exata matemática às mais subjetivas e cheias de controvérsias ciências sociais.

Para tanto, serão apresentados os aspectos econômicos, sociais e de política interna e externa do período em análise de três países: a Escócia, onde Smith nasceu, estudou e

¹ Este isolamento deve ser entendido como o estudo das contribuições do autor sem considerar o contexto no qual ele produziu, ou seja, a leitura de Smith como um autor contemporâneo, o que ele não é, embora ele seja um autor bastante atual.

leccionou; a Inglaterra, devido à sua preponderância econômica e política, bem como ao seu papel na aurora do Iluminismo, principalmente com John Locke; e a França, onde Smith viveu brevemente e onde ele encontrou os fisiocratas François Quesnay e Jacques Turgot, com quem discutiu suas doutrinas.

Seção I: A Escócia

No plano econômico, a Escócia sempre esbarrou numa escassez de terras produtivas que impôs limites à população que o país podia alimentar: menos de 10% de suas terras eram agriculturáveis e uma parcela ligeiramente maior era composta por pastagens. O país, desta maneira, era pobre e assim permaneceria no período em questão. Nos últimos anos do século XVII, sucessivos colapsos da produção agrícola provocaram o surgimento da fome. A isso vieram somar-se o declínio do comércio, em função das guerras, e a crise aguda provocada por uma desastrosa tentativa de colonizar o Panamá, sob o nome “Projeto Darien”², e que pulverizou a poupança de milhares de escoceses (Cerqueira, 2006b: p. 11).

No plano político, o período em questão trouxe a união das coroas da Escócia e da Inglaterra em 1603 e a união dos parlamentos, através do Tratado de União de 1707. As razões que levaram a elite escocesa a aceitar este Tratado tanto refletem o reconhecimento das vantagens econômicas que adviriam do acesso ao mercado da Inglaterra e, principalmente, de suas colônias, quanto o temor frente à ameaça inglesa de impor pesadas restrições à importação dos principais produtos escoceses (*Alien Act* de 1705). Do ponto de vista inglês, havia a vantagem de assegurar o controle político da Escócia (Cerqueira, 2006b: p. 11-12).

Mesmo com a união política oficializada pelo Tratado, a Escócia manteve a sua religião presbiteriana intocada e o seu sistema legal independente da Inglaterra³, o que amenizou os impactos da transferência do poder político e da corte para Londres sobre as vidas cultural e intelectual escocesas, posto que a preservação de um conjunto de instituições escocesas, tais como seu sistema legal, suas universidades⁴, sua administração local e sua

² Representou o ápice do ímpeto de afirmação nacionalista e consistia no estabelecimento de uma companhia de comércio marítimo (a Companhia Darien) e a colonização do ultramar com capitais exclusivamente escoceses.

³ Um esforço de compilação e fundamentação filosófica das regras do direito escocês feito no século XVII contribuiu para esta manutenção, ao estabelecer de maneira clara sua diferença para com as normas e práticas jurídicas adotadas pelos ingleses.

⁴ Somavam cinco desde o século XVI, enquanto a Inglaterra contou apenas com Oxford e Cambridge até o final do século XIX, o sistema de ensino adotado foi inspirado nos modelos de Paris e Bolonha e os professores foram recrutados entre escoceses educados no exterior e que, freqüentemente, já haviam lecionado nas universidades do continente.

Igreja, representou a manutenção da maior parte da aristocracia, principal fonte de patrocínio para artistas e intelectuais escoceses (Cerqueira, 2006b: p. 14-16).

Desta maneira, embora o período de crise econômica e política no final do século XVII e no início do XVIII pudesse expor uma fragilidade filosófico-cultural do país, o que se viu foi o florescimento de um vigoroso momento criativo entre os escoceses, o que pode ser mensurado pelos resultados que produziu: um conjunto incrível de obras nos mais diversos campos do conhecimento humano, tais como a economia, a filosofia moral, a história, a geologia, a astronomia e a química, sem falar na arquitetura e nas artes em geral.

Esta aparentemente paradoxal explosão de criatividade e engenhosidade é facilmente assimilada quando vista sob dois aspectos: o debate acerca das soluções para a crise da década de 1690 e a aprovação do “*Act of setting schools*” em 1696, que determinava que cada paróquia escocesa deveria ter pelo menos uma escola e empregar pelo menos um professor e cujo objetivo era que todos fossem alfabetizados (até então um privilégio da nobreza) para que pudessem ler as escrituras sagradas do cristianismo.

Assim, curiosamente a despeito das crises econômica e política, a Escócia possuía um contexto intelectual favorável a uma aparente “explosão repentina de genialidade, que (...) deve parecer ter brotado no país por alguma espécie de encantamento (...)” (Stewart citado por Porter, 2000: p. 242). Mesmo David Hume surpreendeu-se à época, percebendo as notáveis fertilidades intelectual e cultural da época. Em suas próprias palavras:

“Não é estranho que numa época em que perdemos nossos príncipes, nosso parlamento, nosso governo independente e até mesmo a presença de nossa nobreza mais importante, em que somos infelizes em nosso sotaque e pronúncia, falamos um dialeto extremamente corrupto da língua que empregamos, não é estranho, digo, que nestas circunstâncias nós devêssemos ser verdadeiramente o povo mais eminente pelas letras da Europa?” (Hume citado por Berry, 1997: p. 19)

Contudo, tendo em vista o que foi exposto ao longo desta seção, poder-se-ia responder a Hume que não é estranho. A Escócia, ao mesmo tempo em que detinha uma tradição científica de alguns séculos, aproveitou o momento extremamente delicado de sua economia e de sua vida política para aplicar e desenvolver ainda mais o seu conhecimento científico; ao mesmo tempo em que perdia sua autonomia política, fruto da união com a Inglaterra, mantinha algumas de suas instituições, tais como as universidades, a religião e o sistema jurídico; ao mesmo tempo em que se uniu a Londres, soube preservar a sua identidade característica.

Seção II: A Inglaterra⁵

Nos séculos XVII e XVIII, em meio a um desnordeante cenário europeu, marcado por sucessivas guerras e alternados sucessos e fracassos de todas as nações, a Inglaterra ascendeu política, militar e economicamente, muito mais devido aos aspectos financeiro e geográfico do que qualquer progresso rigorosamente militar, que foi variado e bastante difuso por toda a Europa. Num contexto de significativas mudanças no sistema de poder das grandes nações, com a expressiva expansão da colonização mundial, os ingleses se mostraram mais bem-sucedidos, pois, possuindo estabilidade interna, pôde alimentar constantemente o potencial iniciado com a Rainha Elizabeth I: o de maior império marítimo da Europa.

Com a ascensão das monarquias do *ancien régime* do século XVIII, com suas organizações militares e suas frotas de navios de guerra, a importância das finanças e de uma base econômica produtiva, que criava receita para o Estado, tornou-se evidente, pois a necessidade de capitais suficientes para manter a sua estrutura política, reforçada pelas guerras anglo-francesas, constituiu o pano de fundo para a criação de um sistema europeu relativamente sofisticado de bancos e crédito, do qual Inglaterra e França foram destaques.

Contudo, a Inglaterra do século XVIII tinha muito mais consciência de suas debilidades do que da sua força, quando debruçavam-se para o outro lado do Canal da Mancha, pois, sob muitos aspectos, a França apresentava-se num estágio mais avançado que o inglês e o seu regime parecia dar-lhe maior coerência que o inglês. Mesmo assim, o sistema tributário inglês tinha vantagens financeiras importantes e mostrava-se muito mais aceitável pelo público, pois a maior parte dos impostos era indireta ou parecia alcançar apenas os estrangeiros e o imposto territorial, o único direto durante boa parte do século XVIII, não permitia exceções privilegiadas.

Esta insensibilidade tributária popular permitia uma liberdade política para atender a necessidades de guerra. A isto veio adir um sistema bancário em evolução, auxiliado pela criação do Banco da Inglaterra e, pouco depois, pelo florescimento da bolsa de títulos e pelo crescimento dos bancos internos, o que estimulou a oferta de moeda tanto aos governos quanto aos *businessmen*. Não obstante, a “revolução financeira” obteve êxito apoiada na garantia das obrigações do Estado por sucessivos parlamentos, no empenho dos ministérios em convencer o público e os banqueiros de que eles também se guiavam pelos princípios de retidão financeira e do governo “econômico” e na expansão do comércio e da indústria, com o

⁵ Seção elaborada com base no texto Kennedy, 1989.

conseqüente aumento de receitas tributárias. Conseqüentemente, as taxas de juros decaíram constantemente e os títulos do governo inglês se tornaram atraentes aos capitais estrangeiros.

Em termos de poder político, mesmo quando a Holanda, que repetidas vezes ajudou o esforço de guerra inglês, aliou-se à França, em 1780, o governo britânico comprovou que sua economia e a disponibilidade de capital interno eram suficientes para assumir quase todos os seus empréstimos. A consequência estratégica desta capacidade foi o poder de gastar na guerra descomunalmente além de sua capacidade arrecadatória, lançando contra seus inimigos a margem decisiva de navios e soldados sem os quais os recursos utilizados teriam sido inúteis. Finalmente, o grande aumento das despesas estatais e a enorme demanda continuada que os contratos do Almirantado fizeram, geraram um movimento de retorno que ajudou a produção industrial britânica e estimulou uma série de inovações tecnológicas.

Contudo, nem sempre o elemento financeiro determinou a ventura das nações nas guerras do século XVIII, embora esta questão preocupasse todos os regimes e seus estadistas. Amsterdã foi o maior centro financeiro do mundo durante grande parte desse período, mas isso não impediu o desaparecimento da Holanda como potência. Moscou, por sua vez, mostrava recorrentemente uma debilidade financeira e um considerável apetite por capital, mas a influência e o poderio da Rússia cresceram constantemente no contexto europeu. Assim, deve-se observar outra restrição da supremacia de um país: a questão geopolítica.

A vantagem de localização inglesa pode ser ilustrada por uma passagem da obra clássica de A. T. Mahan *“The influence of sea power upon history”*:

“(…) se uma nação está situada de maneira a não ser obrigada a defender-se por terra, nem induzida a buscar ampliação de seu território por terra, ela tem, pela simples unidade de suas metas voltadas para o mar, uma vantagem em comparação com um povo cujos limites são continentais.” (Mahan, citado por Kennedy, 1989: p. 100)

Esta afirmação presume a ausência de preocupações do governo inglês com a defesa de seus “flancos”⁶, a crença de Mahan na superioridade da guerra marítima e do poderio inglês no mar sobre seus iguais em terra e o benefício obtido pela Inglaterra com a transferência das principais rotas comerciais do Mediterrâneo para o Atlântico e com as colônias, que serviram de canal à saída dos produtos ingleses e à entrada de matérias-primas. Atendidas estas condições, um próspero comércio marítimo ajudou a economia britânica, ao estimular a construção de navios, proporcionar fundos para o tesouro nacional e ser a linha

⁶ Isto era essencialmente verdade após a conquista da Irlanda e o Ato de União com a Escócia, em 1707.

vital para as colônias. A Marinha Real completava o “triângulo virtuoso”, ao garantir o respeito aos comerciantes ingleses em tempos de paz, protegendo-lhes o comércio, e conquistar colônias para a consolidação e expansão das vantagens política e econômica do país.

Embora essa explicação da ascensão britânica seja parcialmente válida, a contenção de uma campanha consistente de dominação francesa na Europa, realizada através do apoio aos países dispostos a resistir às suas invasões, e da pretensão deste país de ameaçar comércio e território ingleses, que lhe permitiam financiar guerras e apoiar aliados, constituía um importante aspecto da estratégia britânica. A vantagem econômica e a vantagem geográfica fundiram-se de tal maneira que permitiram aos ingleses adotar uma estratégia “com uma face voltada para o continente, para preservar o equilíbrio de forças, e outra dirigida para o mar, a fim de fortalecer seu predomínio marítimo” (Dehio, citado por Kennedy, 1989: p. 102).

Ainda, esta incrível ascensão política, econômica e militar da Inglaterra, amparada pela “revolução financeira”, pela sua vantagem geopolítica e pelo poder de sua Marinha Real, serviu de inspiração onírica para pensadores de todas as partes do mundo. A supremacia britânica se tornara tamanha que a sua trajetória de consolidação passou a ser cartilha de desenvolvimento a ser seguida por todos (e estudada por intelectuais). Diante das questões acerca do crescimento da riqueza de uma nação, o modelo inglês se mostrou uma ótima resposta, e antes mesmo de seu completo estabelecimento já havia inebriado com a sua influência o pensamento de autores como Adam Smith.

Seção III: A França⁷

Os séculos XVII e XVIII representam uma das frações mais ricas da história da França. Juntos, estes dois séculos foram palco para um sem-número de avanços e retrocessos, paradoxos e controvérsias, voltas e revoltas nas mais diversas esferas, mas especialmente na política (tanto interna quanto externa), na economia e nas relações sociais. A coexistência de príncipes reais, *parlements* provinciais, uma crescente burguesia comercial e as massas despertadas pelas guerras civis do século XVI deram a tonalidade deste período rico e ao mesmo tempo complexo na história dos franceses.

No plano político, o século XVII apresentou o relativamente rápido amadurecimento do absolutismo francês, que sofreu seu golpe fatal através da Revolução Francesa antes

⁷ Seção elaborada com base no texto Anderson, 2004.

mesmo de sua completa instituição, e expôs um paradoxo: o auge de sua supremacia internacional não coincidiu com o de seu florescimento interno, com a consolidação da máquina administrativa e burocrática do Estado, o primeiro se dando sob a coordenação dos cardeais Richelieu e Mazarino e o segundo, durante o reinado de Louis XIV.

O fracasso no plano interno no período cardinalício se deveu à excessiva burocratização da máquina pública, com a criação e o aumento de impostos, e à asfixia das liberdades regionais, principalmente através da criação dos *Intendant de Justice, de Police e de Finance*, que serviam de interventores do Estado nas mais afastadas regiões do reino. Enquanto isso, o seu sucesso no plano externo atingiu seu ponto máximo com a intervenção militar e diplomática de Richelieu na Guerra dos Trinta Anos, que selou o destino da Alemanha, destruiu a supremacia espanhola e estendeu o território francês do Rio Mosa ao Reno.

Do outro lado, a derrota final de Louis XIV é creditada, além dos muitos erros estratégicos do monarca, à mudança no equilíbrio de poderes no contexto político europeu, fruto da ascensão econômica do capitalismo inglês e da consolidação política de seu Estado no final do século XVII, enquanto a consumação de sua apoteose institucional se deu na mesma época. A estrutura do Estado e a correspondente cultura dominante aperfeiçoadas por Louis XIV tornaram-se o modelo para o restante da nobreza européia, embora tenham sido essencialmente uma preparação interna para as suas futuras aventuras externas.

O século XVIII presenciou a diminuição da influência não-nobre no aparelho de Estado, evidenciando um aberto caráter de classe do absolutismo, e a dominação de uma alta aristocracia cada vez mais unificada. Em 1715, com a morte de Louis XIV e o advento da Regência, anunciou-se a reação social aos fracassos do monarca. Mesmo assim, a monarquia se mostrava incapaz de proteger os interesses burgueses, mesmo quando coincidiam nominalmente com os do próprio absolutismo. Em nenhuma outra parte isto foi tão evidente como nas políticas externas do Estado Bourbon em sua última fase: as guerras daquele século mantiveram um padrão infalivelmente tradicional, dando primazia a um militarismo territorial em detrimento da defesa ou da aquisição de colônias ultramarinas.

No plano sócio-econômico, a Guerra dos Trinta Anos gerou uma devastação social na camada mais pobre da sociedade, bem como as pressões fiscais oriundas da guerra originaram constantes e desesperadas ondas de revoltas populares. A fome e a fúria popular, frutos da extorsão fiscal de guerra de Mazarino e de sucessivas más colheitas na década de 1640, só

vieram a exasperar a crise francesa no período cardinalício. Durante o reinado de Louis XIV, sob a direção de Colbert, um ambicioso programa mercantilista foi lançado com o objetivo de acelerar o crescimento manufatureiro e comercial na França, bem como sua expansão ultramarina, enquanto a depressão agrária prosseguia e a contração fiscal naufragava⁸.

O século XVIII assistiu a duas revoluções tautócronas: a crise político-fiscal fruto de um Estado endividado⁹ e da busca da monarquia de compensar esta situação às custas da riqueza nobiliárquica, que exigia direitos políticos sobre a condução do Estado como contrapeso, e o rápido florescimento da burguesia local. A época posterior à Regência foi, em geral, marcada pelo crescimento econômico, com aumento constante de preços, relativo progresso agrário e recuperação demográfica. Comerciantes, jornalistas e juristas se desenvolviam, cada vez mais, aparte ao Estado, com resultados fundamentais para a autonomia política da burguesia.

O desenvolvimento de uma economia comercial externa ao Estado culminou com a alforria da burguesia de sua sujeição ao absolutismo. Isto associado à calamitosa escassez de cereais, ao difundido desemprego e à miséria popular de 1789, agravados por uma grave crise fiscal precipitada pela Guerra de Independência Americana, que levou os últimos ministros de Louis XVI a tomarem medidas drásticas, como a imposição de um imposto territorial à nobreza e ao clero e a dissolução dos *Parlements*, transformou a reação aristocrática contra o absolutismo na revolução burguesa que o derrubaria, a Revolução Francesa.

Toda a complexa e controversa evolução política, econômica e social vista na França ao longo deste período serviu de mola propulsora para o desenvolvimento do iluminismo francês, o qual identificou na conservadora estrutura política de seu país a principal origem de crises e fracassos tanto no plano interno quanto no externo. Desta maneira, um de seus anseios centrais foi a obtenção de liberdade política, flexibilizando tal estrutura e possibilitando a ascensão da burguesia ao poder. E o sucesso deste ideal foi tamanho que, mesmo antes de sua coroação na Revolução Francesa, ele serviu de inspiração ideológica para inúmeros pensadores, inclusive, possivelmente, Adam Smith.

⁸ Fruto da reativação da venda de cargos, do aumento de alíquotas e da criação de impostos, das flutuações dos empréstimos e da queima dos subsídios.

⁹ Louis XIV deixou um estado afundado em dívidas, que a Regência reduziu através de moratórias, mas que voltaram a crescer com a Guerra de Sucessão da Áustria e com o luxuoso padrão de vida da nobreza.

Capítulo II: A Teoria Econômica de seu tempo

Tendo-se em mente todo o contexto histórico em que se situou Adam Smith, conforme visto no capítulo anterior, falta ainda localizar o autor na sua ambiência das idéias econômicas e das filosóficas. O propósito deste capítulo é apresentar a primeira destas, expondo brevemente o debate econômico que precedeu os escritos de Smith¹⁰.

Em todos os períodos históricos, grandes questões levaram a grandes debates em busca das respostas para tais questões. E cada alternativa de solução escondia sob seu manto de retórica uma ideologia política, uma convicção filosófica e uma crença religiosa (mesmo que esta fosse o ateísmo, como no caso de Nietzsche). O século XVIII não foi diferente. Uma de suas grandes questões era a origem da riqueza de uma nação e as respostas foram, tal como em outras épocas, bastante variadas. Houve três alternativas de resposta a esta questão que acabaram sendo perpetuadas pela história, seja por terem sido empregadas de fato para guiar a política econômica de um país, seja por representarem, juntas, o estopim do debate que deu origem aos fundamentos da Ciência Econômica moderna: a primeira elaborada pelos teóricos mercantilistas; a segunda, pelos fisiocratas; e a terceira, pelo liberalismo econômico, ao qual Adam Smith deixou sua contribuição mais importante (“*An Inquiry into the Nature and causes of Wealth of Nations*”).

Seção I: Mercantilismo

Os mercantilistas foram os primeiros desta época a expor uma resposta à questão da origem da riqueza. Ocupando-se do estudo dos Estados nacionais criados nos séculos XVI e XVII, identificaram que o poder nacional dos Estados centralizados teria de ser edificado sobre o localismo da Idade Média, o que significava, para a economia, um sistema tributário, monetário e de cunhagem unificado, além da eliminação de pedágio em estradas e rios, e da criação de um sistema nacional de pesos e medidas (Fusfeld, 2000: p. 21).

A constituição de uma economia nacional calçou-se, segundo Fusfeld (2000: p. 21), no fortalecimento do poder político dos monarcas em detrimento da nobreza. Nesta luta, os monarcas contaram com o apoio de mercadores, pequenos proprietários de terra, juristas, funcionários do governo e a corte real. Das alianças políticas e econômicas entre estes atores

¹⁰ A história do debate econômico antecedente a Smith pode ser dividida em duas diferentes fases: a primeira composta pelos debates dos filósofos gregos, quando ainda não se tinha uma ciência para chamar de Economia puramente, mas apenas mergulhada em uma infusão de idéias e ideais políticos, sociais, filosóficos e até mesmo mitológicos; a outra referente ao debate surgido com o fim do feudalismo e com o advento de uma nova ordem social.

surgiram políticas econômicas que visavam, dentre outras coisas, ao crescimento da riqueza tanto por meio da produção doméstica quanto do comércio exterior.

Havia a crença de que a fonte última da riqueza residia no comércio. Uma das expressões mais vívidas da política mercantilista foi escrita por Phillip von Hornick (1638-1712) em 1684, num conhecido tratado chamado “*A Áustria acima das outras nações, se Ela assim o desejar*”, onde ele listou as “nove regras mais importantes da economia nacional”:

“Estudar o solo do país com o máximo cuidado, sem deixar de considerar as possibilidades agrícolas de cada pedacinho de terra. (...) Todos os produtos primários encontrados em um país que não puderem ser usados na sua forma natural devem ser manufaturados dentro do próprio país. (...) Deve-se dar atenção à população, que tem de ser tão grande quanto forem as possibilidades do país de suportá-la. (...) Todo ouro e prata que se encontrar no país não deve ser retirado sob nenhum pretexto. (...) Os habitantes devem fazer todos os esforços para se contentar com os produtos domésticos. (...) [Produtos primários estrangeiros] não devem ser trocados por ouro ou prata, mas sim por artigos domésticos. (...) devem ser importados em forma não acabada e transformados dentro do país (...) Devem-se procurar, incessantemente, oportunidades de vender a esses estrangeiros bens supérfluos na forma manufaturada. (...) Não se deve autorizar, em hipótese alguma, nenhuma importação de produtos cuja oferta interna seja suficiente e na qualidade desejada.” (Hornick, 1684, citado por Fushfeld, 2000: p. 22-23)

Essas recomendações de nacionalismo, auto-suficiência e poder nacional foram adotadas por todos os Estados europeus, embora tenham diferido em grau. O comércio exterior era controlado por tarifas de importação (como no caso da Inglaterra) e de exportação (como no caso da França), leis de navegação e restrições alfandegárias, e estimulado pela ocupação de colônias e pelos esforços para manter os salários baixos.

Na Inglaterra, onde o comércio rapidamente se tornou a base para uma riqueza e um poder nacional crescentes, deu-se grande ênfase à expansão monetária como estímulo ao crescimento econômico, posto que uma das barreiras a ele era tanto a falta de dinheiro nas mãos dos consumidores quanto de crédito para as empresas. Assim, como o sistema bancário era ainda embrionário e a disponibilidade de dinheiro e crédito a juros baixos dependia muito das quantidades de moedas de ouro e prata, os economistas mercantilistas recomendavam uma política monetária expansionista (Fushfeld, 2000: p. 23).

Por outro lado, tais economistas precisavam manter as pressões inflacionárias sob controle devido à defasagem dos aumentos salariais frente ao aumento de preços, o que gerava tensões políticas indesejáveis, e à redução da demanda externa por manufaturados

domésticos e ao aumento das importações, ambos frutos da inflação doméstica. A queda das exportações e o aumento das importações resultariam em exportação de ouro, para compensar o déficit comercial, o que, por sua vez, provocaria uma queda na oferta monetária interna e enfraqueceria a economia nacional (Fusfeld, 2000: p. 24). Assim, o incentivo a uma “balança comercial favorável” tornou-se um dos principais fundamentos do mercantilismo, até por que a função de meio de pagamento da moeda era exercida pelos metais, notadamente o ouro e a prata.

Naturalmente, não houve consenso quanto às políticas a serem adotadas. Na França, sob a liderança de Jean-Baptiste Colbert (1619-1683), foram priorizadas as exportações de produtos de luxo como seda, linho, tapeçarias, mobiliário e vinho, cuja qualidade era minuciosamente regulamentada. Na Inglaterra, voltou-se sobretudo à expansão comercial e ao estímulo às manufaturas, dada a ineficiência de um governo pobre e fraco para fiscalizar as regulamentações da indústria nacional.

Os mercantilistas, apesar de reconhecerem que a riqueza era, em geral, produzida pelo esforço humano, intuía que ela não poderia ser realizada sem o encorajamento do comércio, ou seja, a menos que a troca de produtos permitisse aos produtores lucrar (Fusfeld, 2000: p. 25). Por esta razão, o crescimento da riqueza nacional dependeria da intensificação do comércio, que seria estimulada e financiada pela expansão da oferta interna de moeda, assegurada pela balança comercial favorável e pelo conseqüente influxo de metais.

Seção II: Fisiocracia

Os mais importantes antimercantilistas franceses se autodenominavam *les économistes*. Entre eles, estavam figuras como Vincent de Gournay (1712-1759), um inspetor de patentes a quem é atribuída a famosíssima expressão “*laissez-faire, laissez-passer*”; Jacques Turgot (1727-1781), que chegou a ser Ministro das Finanças por dois anos na França; e François de Quesnay (1694-1774), que era médico da corte de Louis XV. O mérito central destes *économistes*, mais conhecidos como fisiocratas, reside em sua capacidade de perceber a economia como um ciclo e como um circuito supostamente capaz de auto-regulação.

Os fisiocratas afirmavam que apenas a agricultura, em virtude das dádivas da natureza, poderia permitir a obtenção de um excedente superior ao esforço empregado na produção. Eles apresentaram um corpo teórico e doutrinário consistente e fechado, que se pretendia amparado na “ordem natural” imposta por Deus à sociedade (Bianchi, 1988: p. 102-103). Por

crer na supremacia das leis naturais, Quesnay defendia que um regime de liberdade econômica não era apenas natural, como também benéfico e auto-regulável¹¹. Ele acreditava piamente que toda a riqueza provinha, em última instância, de um processo gerador criado por Deus.

Em 1758, Quesnay publicou o que viria a se tornar o marco central da teoria fisiocrata: o *Tableau économique des physiocrates*. No *Tableau*, ele procurou mostrar como o excedente agrícola circulava por toda a economia na forma de renda, salários e poder de compra, distribuindo-se por todas as classes sociais. Desta análise foram extraídas duas conclusões, em termos de política econômica: a primeira, de que a regulamentação do comércio e da indústria impedia o desenvolvimento econômico por dificultar o fluxo de renda e mercadorias do qual a economia dependia; a segunda, de que todos os impostos deviam ser pagos pelos proprietários de terras, que viviam de rendas (Fusfeld, 2000: p. 27).

A elaboração de um fluxo de renda, que circularia entre as três classes da sociedade: a classe produtiva, composta pelos fazendeiros, a classe dos proprietários de terra, entre eles o governo e as autoridades eclesiásticas, e a classe estéril, constituída pelos trabalhadores da indústria (Bianchi, 1988: p. 103), provavelmente teve origem no fato de Quesnay ter se impressionado muito com a descoberta da circulação do sangue pelo corpo humano. Entretanto, Ana Maria Bianchi (1988: p. 103) destaca que, na verdade, o *Tableau* se tratava de um modelo teórico, que descrevia simplificada e uma realidade mais complexa.

É importante destacar que Quesnay percebeu um elemento essencial na montagem do sistema teórico da Economia Política: a velocidade de circulação da riqueza. Em suas próprias palavras:

“Não há talvez hoje menos riquezas pecuniárias no reino do que no século passado; mas para julgar o estado de tais riquezas, é preciso considerá-las não apenas de acordo com sua quantidade, mas também de acordo com sua circulação relativa [a velocidade de circulação] e a sua quantidade, ao débito e ao bom preço das produções do reino.” (Quesnay, 1969, citado por Bianchi, 1988: p. 104)

Assim, todos os fisiocratas concordavam que a fonte última da riqueza residia na terra e nas suas possibilidades de produção. Apenas a terra continha as forças geradoras da

¹¹ Havia nos fisiocratas uma notável empolgação com a recente publicação de Sir Isaac Newton (*Philosophiæ Naturalis Principia Mathematica*, de 1687), onde descreveu a gravitação universal e as três leis do movimento. O desejo era assemelhar-se a Newton e descrever leis gerais e naturais que regessem o funcionamento da economia.

natureza, as únicas capazes de criar algum tipo de riqueza (Fusfeld, 2000: p. 28). A indústria poderia apenas transformar a riqueza derivada da natureza (misturando produtos da natureza para obter outros produtos) e o comércio só a mudaria de local e de dono. Só da terra poder-se-ia extrair algum excedente e, portanto, a riqueza de uma nação só teria uma origem: a terra (em última instância, a natureza).

Seção III: Liberalismo econômico

Embora já houvesse aparecido no final do século XVII, o liberalismo só se tornou o pensamento econômico dominante no século XVIII. Os seus primeiros representantes combatiam as barreiras ao comércio internacional, personificadas por tarifas, monopólios e regulamentações, sob a premissa de que as ações individuais resultariam em benefícios para toda a sociedade (Fusfeld, 2000: p. 28). Tratava-se de uma teoria social servindo de suporte a aspirações liberais econômicas e políticas.

Juntos Dudley North e David Hume arrasaram o argumento mercantilista da balança comercial favorável. North advogou que a troca ocorria porque era vantajoso para as partes e que a regulamentação restringiria o comércio, diminuindo a riqueza real. Hume, que o excedente de exportações seria pago com importações de moeda, o que aumentaria a sua oferta e causaria inflação, levando ao declínio das exportações até atingir o equilíbrio com as importações, sendo impossível manter tanto uma balança comercial positiva quanto um influxo de metais¹² (Fusfeld, 2000: p. 28-29).

Neste ínterim, Bernard de Mandeville publicou seu controverso livro “*A fábula das abelhas*”, um poema satírico cujo tema central era que os avanços da civilização resultariam de vícios, e não de virtudes; o progresso proviria de interesses individuais egoístas, e não de uma propensão natural a trabalhar intensamente ou de algum sentimento de benevolência para com os outros (Fusfeld, 2000: p. 29). Assim, a prosperidade econômica seria ampliada caso se desse espaço à motivação egoísta dos indivíduos, limitados apenas pela manutenção da justiça.

¹² Deve-se ressaltar que Hume, ao realizar tal análise, provavelmente considerou as importações neutras às variações de preços (ou de câmbio), o que, não sendo verificado, aceleraria o processo descrito por ele. Ademais, um processo de aquecimento da demanda interna por bens e serviços poderia compensar o excedente de ouro e prata proveniente das exportações, reduzindo ou mesmo anulando os efeitos que uma maior oferta de moeda poderia ter no preço, pois haveria também uma maior demanda interna por moeda. Assim, se o crescimento da demanda interna fosse pelo menos igual ao crescimento da oferta de moeda, o processo automático de Hume estaria anulado.

Na década de 1720, Richard Cantillon generalizou as idéias sobre mercados competitivos dos escolásticos do século XIII, elaborando uma versão primária do que contemporaneamente é chamado de teoria do equilíbrio geral: o auto-interesse racional dos comerciantes num sistema de mercados competitivos livremente ajustáveis levaria a uma rede de preços e quantidades mutuamente compatíveis¹³ (Fusfeld, 2000: p. 30).

John Locke uniu a relação entre trabalho e produção de riquezas ao conceito de propriedade privada, que viria a se tornar um dos mais importantes pilares da ideologia liberal. Para Locke, ao adicionar o trabalho aos recursos naturais, as pessoas misturam parte de si próprias ao produto final, transformando-o em “seu”. Em suas próprias palavras:

“[...] todo homem tem uma propriedade em si próprio. O esforço de seu corpo e o trabalho de suas mãos, podemos dizer que são legitimamente seus. Portanto, a tudo que ele retirar do Estado em que a natureza tiver gerado e deixado à sua disposição, ele terá misturado seu trabalho e acrescentado algo que é seu e, por essa razão, transformando-se em propriedade sua.” (Locke, citado por Fusfeld, 2000: p. 31)

Em conjunto, a teoria do ajustamento natural descrita por North e Hume, a motivação egoísta pregada por Mandeville, a prototeoria do equilíbrio geral de Cantillon e a defesa da propriedade privada de Locke se tornaram a base do liberalismo econômico. A idéia de que o auto-interesse racional aliado às forças de um mercado competitivo e aos direitos de propriedade, que protegeriam o primeiro e disciplinariam o segundo, pudesse levar a um regime de organização social num mundo de ações individuais estava começando a surgir.

Posteriormente, outros economistas liberais estabeleceram relações entre trabalho, riqueza e propriedade, alegando que o primeiro requisito para o crescimento econômico era a proteção da propriedade, pois, do contrário, reduzir-se-ia o incentivo ao trabalho e à produção de riquezas. Assim, a economia operaria sem regulamentações adicionais, ficando reservadas ao Estado as funções de proteção à propriedade, aplicação da justiça e defesa nacional.

Desta maneira, os economistas liberais acreditavam que a fonte última da riqueza residia no trabalho humano. Eles afirmavam que “quase todos os produtos naturais precisam ser transformados pelos esforços humanos antes de poder satisfazer o desejo do homem.” (Fusfeld, 2000: p. 30). Assim, os produtos naturais não teriam valor algum se não houvesse esforços produtivos transformando-os em mercadorias transacionáveis.

¹³ Cantillon imitou conscientemente as recentes descobertas de Sir Isaac Newton na física, com a razão humana e a competição de mercado substituindo a inércia e a gravitação na criação de um equilíbrio natural

Essa é a teoria do valor-trabalho, que destaca que a produção de riqueza visa, em última instância, à satisfação de desejos individuais. Desta forma, a produção de riqueza dependeria exclusivamente das necessidades básicas dos seres humanos, que lhes impeliriam a trabalhar. Então, quanto maior fosse o incentivo ao trabalho, maior seria a produção de riqueza e mais rapidamente a economia avançaria rumo a uma sociedade mais abundante.

Em suma, embora houvesse muitas variações entre os pensadores liberais, era consensual que a libertação da iniciativa individual dos grilhões impostos pela política econômica mercantilista, a importância do trabalho na produção de riquezas e na geração do crescimento econômico e a preservação dos direitos de propriedade enquanto únicos capazes de assegurar os incentivos para o trabalho seriam as fundações da política econômica.

Capítulo III: O pensamento filosófico de seu tempo

Este terceiro capítulo tem como objetivo central a apresentação do contexto filosófico em que Adam Smith escreveu suas obras e desenvolveu o seu pensamento. A idéia aqui é expor o desenvolvimento científico e intelectual que se desenrolava na época de vida e obra do autor, bem como aquele do período anterior.

Para atender a tal propósito, serão apresentadas as principais características: do Renascentismo, devido à sua irrefutável influência nos autores iluministas, como o foi Smith; do Iluminismo, tendo em vista que foi a real ambiência filosófica de produção do autor, que também contribuiu para o seu desenvolvimento; e de alguns pensadores, que, deliberadamente ou não, contribuíram para as suas obras.

Seção I: O Renascimento

O Renascimento, considerado pela historiografia geral como o marco de passagem da Idade Média para a Idade Moderna, começou no século XIV, na Itália, e difundiu-se por toda a Europa ao longo dos séculos XV e XVI (Marcondes, 2005: p. 141). Além de atingir a filosofia, as artes e as ciências, o Renascimento fez parte de uma época de transformações culturais, sociais, políticas, econômicas e religiosas que culminariam com o advento do capitalismo. Foi um movimento de enorme relevância, posto que representou uma inflexão¹⁴ vertiginosa no campo filosófico.

¹⁴ Embora haja alguma controvérsia quanto a isto, considera-se, para os fins deste trabalho, que o Renascimento representou uma inflexão metodológica com relação ao pensamento medieval, atribuindo ao homem a função de

De modo geral, a filosofia Renascentista apresentava em sua cartilha doutrinária alguns ideais unificadores, que tinham uma característica em comum em relação à ruptura com a doutrina escolástica: a possibilidade dos indivíduos entenderem o mundo e tentar explicá-lo sob uma perspectiva isenta da venda imposta pelos dogmas eclesiásticos e descolada de uma figura superior que ditaria as regras do mundo de acordo com sua filosofia particular.

O traço provavelmente mais idiossincrático desse período é o humanismo, que, fiel à valorização dos clássicos, foi buscar seu lema no sofista Protágoras, em seu célebre fragmento: “O homem é a medida de todas as coisas” (Marcondes, 2005: p. 141). Desta maneira, o humanismo rompeu com a visão teocêntrica e com a tradição filosófico-teológica medieval, valorizando o estudo do ser humano como um microcosmo que reproduz em si a harmonia do universo e a quem é atribuída uma dignidade natural, inerente à sua própria natureza.

O hedonismo, retomado da Grécia pós-socrática, era uma doutrina filosófico-moral que afirmava ser possível medir todas as ações humanas pelo prazer e pela dor que causariam, privilegiando as que fornecessem o maior prazer ao custo da menor dor possível e expressando uma preferência anunciada pela liberdade, pela autonomia e pela independência. Desta maneira, rompia com a tradição escolástica, que pregava a busca da elevação espiritual e da aproximação com a vontade divina em detrimento dos prazeres individuais (Sevcenko, 1994: p. 16 e 17).

Outro ideal renascentista era o individualismo, um conceito político, moral e social que opunha-se a toda forma de autoridade e exprimia a ânsia por liberdade e afirmação dos indivíduos frente à sociedade e ao Estado, sendo motivado pelo desejo de preservação do ser humano e de suas características naturais, sem a mediação de um agente externo (Sevcenko, 1994: p. 15 a 19). Isto implicava na defesa da propriedade privada e na restrição do poder do Estado, pois, caso contrário, o pleno exercício da liberdade individual estaria restringido.

Além destes três conceitos, há também o otimismo, que, no Renascimento, significa a potência de fazer tudo sem nenhuma restrição e a abertura ao novo (Sevcenko, 1994: p. 15). Assim, o otimismo renascentista implica não só em uma atitude de ótica (ver o melhor aspecto de um fato, em vez de ater-se aos ruídos dos acontecimentos), mas principalmente em

força-motriz do mundo e passando a estudar a natureza em função de sua relação com o homem, e não mais sob o ponto de vista religioso, tentando harmonizar-se com as questões da fé e dos dogmas da Igreja.

um estado de espírito e de consciência de ser capaz de apreender o conhecimento independentemente da autoridade da Igreja sobre a detenção do conhecimento, escorada em supostos desígnios divinos.

Por fim, havia neste período um ideal de racionalismo, uma vontade de afastar da vida intelectual a vulnerabilidade proveniente da aceitação de pré-conceitos advindos por “revelações transmitidas por Deus às autoridades eclesiásticas”. Ele se inicia definindo o raciocínio como uma operação mental, discursiva e lógica. Assim, uma última vez, busca-se fugir da autoridade dos dogmas, que se impõe à razão pelo mecanismo automático da fé¹⁵ (Sevcenko, 1994: p. 20 a 22).

Indubitavelmente, todos os ideais estavam interligados e possuíam uma identidade comum, que brotava do desejo de se libertar das amarras intelectuais impostas pela Igreja. Assim, cada um deles rompeu com uma perspectiva eclesiástica: o humanismo, com o teocentrismo; o hedonismo, com o prazer espiritual; o individualismo, com a interferência da Igreja na vida e no livre-pensar dos indivíduos; o otimismo, com o monopólio eclesiástico do conhecimento; e o racionalismo, com a fé cega que aceitaria tudo que viesse dos sacerdotes.

Seção II: O Iluminismo

O Iluminismo foi um movimento tipicamente europeu característico da segunda metade do século XVIII, que abrangeu todos os campos do conhecimento humano, desde as ciências até as artes. Tratou-se de um movimento cultural amplo, constituído por um conjunto de idéias e valores compartilhados que, sendo adotados por diferentes correntes em contextos nacionais e tradições culturais diversificados, adquiriram nuances particulares de expressão.

De fato, a expressão do *Siècle des Lumières* da França católica, reacionário à conservadora estrutura política do país, diferenciou-se daquela do *Enlightenment* inglês, onde a ausência do controle que a Igreja exercia em outras sociedades propiciou o ambiente para que filósofos e livre-pensadores desenvolvessem suas idéias e que, por sua vez, diferenciou-se do *Aufklärung* alemão, ansioso por uma reformulação das formas de religiosidade. Este, sem dúvida, também se diferenciou do Iluminismo escocês, cujas tendências mais marcantes foram o pragmatismo e o empirismo.

¹⁵ Esta fé não era necessariamente uma convicção religiosa, mas fruto de um temor frente às “ameaças” da Igreja, como ao dizer que “os infiéis que não seguirem os mandamentos do Senhor irão queimar eternamente nas chamas do Inferno.”

É importante notar, já neste ponto, uma íntima relação entre os ideais iluministas e aqueles dos pensadores renascentistas. Sem dúvida alguma, ambos representaram um levante contra a tirania da Igreja, cada qual com as peculiaridades inerentes à sua época. O Renascentismo lutou contra os preceitos ético-morais e sociais da Idade Média, onde a Igreja Católica era protagonista, enquanto o Iluminismo acabou por buscar contrapor o movimento eclesiástico da Contra-Reforma.

i) O Iluminismo em geral

Independentemente do reconhecimento da existência dessas variantes do Iluminismo, é possível reconhecer semelhanças que permitem, segundo Reale & Antiseri (1990: p. 670-682), que se fale em um “Iluminismo em geral”, quais sejam: a defesa da ciência e da técnica como meios de melhorar a condição material e espiritual da humanidade; a crítica às superstições e a defesa da tolerância religiosa; a defesa dos direitos naturais e inalienáveis da humanidade; a rejeição dos sistemas metafísicos dogmáticos e sua substituição por um uso da razão submetido à avaliação crítica da experiência; e a luta contra privilégios e tiranias.

Ademais, segundo Isaiah Berlin, a afirmação de princípios universais representava “o dogma central de todo o Iluminismo” e a sua negação, a compreensão central do “contra-Iluminismo” (Rothschild, 2003: p. 217). Para Václav Havel, o ceticismo iluminista derivava da convicção “de que o mundo nada é além de um quebra-cabeça para o qual existe uma única solução correta” (Havel, citado por Rothschild, 2003: p. 218).

Além destas tangências, o Iluminismo apresentou uma idiosincrasia bastante marcante e peculiar, que foi o fato de ser um espírito consciente de si e que buscava estabelecer a “verdadeira natureza do esclarecimento”. Assim, diversos iluministas se colocaram diante desta busca e coube a Kant oferecer a resposta de maior destaque. Segundo ele, o Iluminismo não era um sistema filosófico dentre outros, mas “... *é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo.*” (Kant, 1984: p. 100)

A definição kantiana do Iluminismo dá destaque a duas idéias-chave, quais sejam a autonomia do sujeito, que toma para si a direção de sua própria sorte, e o monopólio do uso da própria razão e a liberdade de “fazer um uso público de sua razão em todas as questões”, refletindo o sonho de poder expressar publicamente as suas opiniões, sem estar sujeitos à censura de soberanos nacionais ou líderes religiosos. Ainda, a autonomia do sujeito ganha

status de postulado moral e acaba por dizer menos sobre o conteúdo de nossas reflexões e mais sobre o modo como empregamos nossa razão (Cerqueira, 2006b: p. 4-5).

Essas idéias-chave da definição kantiana do Iluminismo evidenciam a oposição entre a autoridade e a razão, entre a fé e a ciência. Para os filósofos iluministas, viver de maneira esclarecida significava submeter à avaliação da razão toda e qualquer crença que demandasse reconhecimento, inclusive (e principalmente) as de cunho político e religioso. Assim, tudo que não pudesse ser submetido ao “tribunal da razão” deveria ser rejeitado como preconceito ou superstição (Kreimendahl, 2004, e Broadie, 2003).

ii) O Iluminismo escocês

Para que se entenda o Iluminismo escocês, é preciso ter em mente o que o tornou legitimamente escocês, e não apenas uma ramificação plagiada do Iluminismo de outro país. Desta maneira, é necessário identificar exatamente que aspectos o diferenciaram das demais vertentes do Iluminismo, sem, com isto, perder as características mais gerais e comuns ao momento iluminista vivido na Europa.

O primeiro destes aspectos foi a dedicação de maior espaço às ciências naturais no ensino universitário, com a simultânea abertura de espaço para a pesquisa e o ensino de disciplinas científicas. Houve ainda uma ampla mudança nos valores que orientavam o ensino e a pesquisa. A proposta era de uma educação voltada para estimular a adoção de padrões de comportamento mais adequados à formação de indivíduos às voltas com problemas mundanos, quais fossem a cortesia, a civilidade, a urbanidade e o cavalheirismo (Wood, 2003: p. 99-103; Berry, 1997: p. 15; e Ross, 1995: p. 53).

Ademais, um elemento decisivo estava presente na Escócia: a liberdade de pensar e proferir opiniões, que Kant apontaria como condição indispensável para o progresso do Iluminismo. Para Hume, a liberdade que os escoceses e os ingleses desfrutavam era incomparavelmente maior do que em outros países. No “*Tratado da natureza humana*”, ele afirmou viver em “uma terra de tolerância e liberdade” e, por este motivo, destinada a fazer os “aperfeiçoamentos na razão e na filosofia” (Hume, 2001: p. 22).

Assim, estes elementos (reforma acadêmica, valorização das ciências naturais e a garantia da liberdade de expressão) somaram-se para superar as precárias condições econômicas do país, bem como a “crise de identidade” resultante da crise e da união políticas

com a Inglaterra, contribuindo para a discussão sobre os *improvements* na agricultura e na indústria, uma preocupação constante desde o início do século (Cerqueira, 2006b: p. 19).

É evidente que a inquietação com a busca destes melhoramentos, do crescimento da riqueza e da felicidade dos cidadãos esteve presente nos “demais Iluminismos”, mas, para os pensadores escoceses, esta questão assumiu figura central em sua produção intelectual. Todos eles perseguiram maneiras racionais de promover o progresso social, ainda que essa busca não viesse aliada a uma incompreensão dos limites da própria razão (Broadie, 2001: p. 38-42), o que os distingue de outras vertentes nacionais do Iluminismo.

Seção III: Pensadores selecionados

Esta seção apresentará brevemente as contribuições que alguns pensadores deram para a obra de Smith, deliberadamente ou não. Neste sentido, ela dedicará atenção a Newton, Hume e Condorcet, cuja escolha pautou-se pela evidente relação destes com Smith (de fato ou teórica). Newton e seu método científico o encantaram e inspiraram; Hume e seu ceticismo foram contemporâneos e amigos dele; e Condorcet e sua filosofia moral, também contemporâneos, representaram um paralelo ao pensamento smithiano na França.

i) Sir Isaac Newton (1643-1727)

Nascido na Inglaterra em 1643, Newton serviu de inspiração não só para os cientistas de épocas posteriores à sua, mas também para filósofos e cientistas sociais, que buscaram para as suas respectivas ciências¹⁶ leis gerais à imagem e semelhança daquelas descritas na obra “*Philosophiae Naturalis Principia Mathematica*” de 1687, cujo poder profético residia na difundida noção de que a investigação racional poderia revelar o funcionamento mais intrínseco da natureza.

Tal crença em um ou poucos princípios unificadores “contaminou” Smith, que admirava imensamente Newton e que definiu como newtoniano o método de composição de discursos científicos através do qual

“podemos estabelecer no início certos princípios conhecidos ou provados a partir dos quais explicamos os vários fenômenos, conectando-os todos juntos pela mesma cadeia. (...) Dá-nos satisfação ver os fenômenos que considerávamos os mais inexplicáveis, deduzidos todos de algum princípio

¹⁶ É evidente que os Iluministas buscaram, a todo instante, encontrar tal princípio universal e unificador, que explicaria todas as interações sociais entre os indivíduos.

(normalmente um princípio bem conhecido) e unidos todos em uma cadeia; (...)" (Smith citado por Cerqueira, 2006a: p. 676).

Ainda neste trecho dos manuscritos "*Lectures on rethoric and belles lettres*", Smith recomenda o "método newtoniano" tanto à filosofia natural¹⁷ quanto à filosofia moral, bem como pode ser vista a noção de um encadeamento entre os fenômenos e os princípios, que conduziria a um estado de satisfação somente interrompido por uma lacuna na seqüência dos fenômenos ou do argumento. Assim, Smith considerava que a ciência surgiria para apaziguar a imaginação, que viria a preencher tais lacunas.

Com efeito, Redman (1997: p. 207) destaca que a idéia de que Smith e Newton tenham algo em comum tem se expressado com certa freqüência na literatura. Ela reconheceu que os leitores mais atentos de Smith não deixaram de notar suas referências ao "método newtoniano", e que muitos estudos que pretenderam ver naquele método o procedimento efetivamente adotado em suas obras. Entretanto, o reconhecimento deste método em Smith suscita a questão: que tipo de newtoniano era Smith? (Redman, 1997: p. 208 e seguintes).

Para responder a tal questão, deve-se saber qual a concepção que Newton tinha acerca do conhecimento, assim como qual leitura Smith fazia do "método newtoniano". A crença epistemológica de Newton se opunha à de Descartes e Liebnez, cuja tentativa foi reduzir os fenômenos naturais a um simples mecanismo, de reduzir a física à geometria¹⁸. Ele defendia que a física deveria se apoiar na experimentação e no raciocínio indutivo, através da análise daquilo que seria observado¹⁹ (Cerqueira, 2006a: p. 691). Em suas próprias palavras, Newton explica seu método:

"... [A] análise consiste em fazer experimentos e observações e tirar deles conclusões gerais por meio da indução (...). E a síntese consiste em admitir as causas descobertas e os princípios estabelecidos e, através deles, explicar os fenômenos que deles procedem e provar as explicações" (Newton, 1704: p. 380-381; tradução própria).

Com relação à sua leitura do método de Newton, Smith indubitavelmente recomenda a utilização da observação e da experimentação como base para a formulação de máximas gerais para a moralidade, assim como para todas as demais ciências, e que "essas percepções

¹⁷ Smith emprega alternativamente os termos filosofia, arte e ciência, sem que se possa perceber exatamente em que e se diferem, como de fato era corriqueiro no século XVIII.

¹⁸ Apesar de ter procurado princípios matemáticos que regessem o curso da natureza, Newton nunca advogou uma visão mecanicista do mundo, nem endossou o método hipotético-dedutivo que se popularizou entre os economistas contemporâneos.

¹⁹ Vê-se nesta defesa uma clara aceitação e aplicação da epistemologia de Francis Bacon, assim como o fizeram Adam Smith, David Hume e muitos outros de seus contemporâneos.

primárias [máximas gerais], bem como todas as outras experiências sobre que se fundam quaisquer regras gerais, não podem ser objeto da razão, mas do sentido e sentimento imediatos” (Smith, 2002: p. 398).

Portanto, somente após a obtenção indutiva dos princípios universais da natureza humana, poder-se-ia expor o sistema com base em tais princípios e conectá-los aos diferentes fenômenos de maneira dedutiva. Desta forma, Smith inspira-se claramente no projeto científico de Newton e espelha esta concepção do método newtoniano em sua filosofia moral e economia política.

ii) David Hume (1711-1776)

Filósofo e historiador escocês, David Hume conheceu Smith por volta de 1750 e se tornou seu grande amigo e correspondente. As obras hoje consideradas suas principais contribuições não geraram qualquer comoção pública digna de nota, a não ser quando Kant declarou que a leitura de Hume despertou-o de seu sonho dogmático após ter lido a *“Inquiry into human understanding”*. Ele se caracterizou como um dos mais radicais empiristas, levando suas idéias às últimas conseqüências e assumindo uma posição filosófica cética (Marcondes, 2005: p. 181).

Para ele havia duas fontes de idéias, já que estava refutada a hipótese das idéias inatas: a percepção sensorial ou a indução e a introspecção ou as relações ou associações entre idéias. Nesta última, tratava-se de formular uma “mecânica mental”, sendo as percepções os átomos e as associações as forças que os unem ou separam. Nas palavras de Hume, **“quando analisamos nossos pensamentos ou idéias, por mais complexos e sublimes que sejam, sempre descobrimos que se resolvem em idéias simples que são cópias de uma sensação ou sentimento anterior.”** (Hume, citado por Marcondes, 2005: p. 182; grifo meu).

Ficam evidentes, no fragmento acima, duas suspeitas a respeito do pensamento de Hume: a primeira, de que ele compartilhava o ideal de seus contemporâneos de uma teoria universalista, ou seja, que possuísse princípios universais e inalteráveis que explicassem todo o funcionamento da sociedade; e a segunda, de sua crença irrestrita na idéia da *tabula rasa* de Locke, segundo a qual todo o conhecimento seria derivado da experiência ou de operações da mente sobre esta.

O ceticismo de Hume pode ser analisado com respeito às críticas que dirige a dois pressupostos fundamentais da tradição filosófica, a saber: a causalidade e a identidade pessoal. Para ele, a causalidade resultaria apenas da regularidade em uma conjunção constante entre fenômenos, que, por força do hábito, os indivíduos acabariam projetando na realidade, tratando-a como se fosse algo existente. Daí deriva a sua concepção de que a causalidade seja fruto da reflexão da mente humana, e não uma característica do mundo natural (Marcondes, 2005: p. 182).

Sua crítica à identidade pessoal consiste em uma crítica ao modelo cartesiano da “*res cogitans*”²⁰. Ele sustenta que ninguém pode ter qualquer representação de sua mente que seja independente da própria experiência. Assim, o “*self*” não seria mais do que um feixe de percepções momentâneas e transitórias, variando na medida em que tais percepções fossem sendo alteradas. Logo, tudo o que sobraria seria a força do hábito e apenas isto sustentaria a continuidade da percepção que os indivíduos têm de si próprios (Marcondes, 2005: p. 183).

Portanto, para Hume, se todo conhecimento provém de impressões sensíveis e da reflexão própria e se essas impressões e idéias são sempre assim tão variáveis, então jamais será possível um conhecimento certo e definitivo, e o único critério de certeza que se poderia ter seria a probabilidade. Assim, Hume insinuou a concepção de uma ciência hipotética e probabilística, que nunca estabeleceria causalidades (explicações), mas apenas regularidades transitórias (correlação amostral).

iii) Marie-Jean-Antoine-Nicolas Caritat, Marquês de Condorcet (1743-1794)

Segundo Sainte-Beuve, Condorcet representou “o produto extremo” da “última escola do século XVIII”, com suas “orgias de racionalismo” (Sainte-Beuve, 1851: p. 265, 268, 277; tradução própria). É dele a famosa “corrente de virtudes”, segundo a qual “a natureza conecta a verdade, a felicidade e a virtude por meio de uma corrente indissolúvel” e que tem sido vista como uma ilusão do pensamento iluminista. Condorcet acreditava na conectividade dos valores e de sua relação com um suposto universalismo, esforçando-se para conciliar concepções de conflito de valores e de uniformidade, o que foi de importância central nas idéias políticas de Condorcet.

Ele se interessava, em primeiro lugar, pela diversidade individual, expressa sob a diversidade de opiniões individuais, que ele identificou como sendo um bem proeminente.

²⁰ Mente como substância pensante.

Assim, a economia política não deveria, segundo ele, emular a aplicação de princípios mecânicos, nem supor uma regularidade espúria na “massa das operações desempenhadas, de uma maneira independente, por um grande número de homens, e dirigida (...) pelo instinto, por assim dizer, de cada um deles” (Condorcet, citado por Rothschild, 2003: p. 220).

Em segundo lugar, Condorcet opunha-se ao protoutilitarismo do político suíço Jacques Necker e do filósofo francês Claude Adrien Helvétius, pois, para ele, “as pessoas não são máquinas que calculam e sempre decidem sobre o resultado com o qual mais se pode ganhar” (Condorcet, citado por Rothschild, 2003: p. 221), não agem movidas apenas pelo interesse próprio, que é em si influenciado pelos seus sentimentos morais. Segundo ele, “a idéia de que exista uma centena de milhares de pessoas infelizes à nossa volta é uma experiência dolorosa tão real quanto um ataque de gota” (Condorcet, citado por Rothschild, 2003: p. 221).

Para Condorcet, ao contrário do que seria desejável para a teoria protoutilitária, o objetivo da política governamental deveria ser o de oferecer aos indivíduos a possibilidade de desfrutar de seus direitos naturais, propiciando-lhes o bem-estar, e não “a maior utilidade da sociedade, um princípio vago e uma fonte fértil de políticas ruins” (Condorcet, citado por Rothschild, 2003: p. 223). Seria, assim, o bem-estar um “dever de justiça” dos governos para com sua população. Trata-se, aqui, de uma defesa dos direitos naturais humanos.

A concepção de Condorcet da independência individual ocupa posição central em suas idéias políticas, sendo composta pela liberdade política de cada um, onde a política seria uma questão de sentimentos e de emoções (assim como a moralidade), e pela liberdade individual, ou seja, uma independência em relação à vontade dos outros indivíduos e à vontade da sociedade. A liberdade de opiniões políticas, morais e religiosas seria, para o autor, uma das mais preciosas porções da liberdade natural (Rothschild, 2003: p. 223-224).

Por fim, Condorcet entendia a imposição de princípios universais como a mais triste tirania, alegando que o objetivo da instrução não deveria ser consagrar um “império eterno” de opiniões estabelecidas, mas sim “submetê-las ao livre exame das gerações sucessivas”. Assim, ao mesmo tempo em que Condorcet apresentava traços marcantes de sua época, como a defesa de direitos naturais e das liberdades individual e política, ele se mostrou crítico à concepção de idéias unificadoras nas ciências sociais e na filosofia (Rothschild, 2003: p. 228-231).

PARTE II – A FILOSOFIA MORAL DE ADAM SMITH

Tendo em mente o contexto em que se situou Adam Smith, o objetivo desta Parte é analisar o conteúdo de filosofia moral constante das obras: *The Theory of Moral Sentiments* e *An Inquiry into the Nature and causes of the Wealth of Nations*. Os dois primeiros capítulos apresentam a filosofia moral presente nas duas obras, possibilitando a construção de uma possível interpretação do pensamento do autor. O terceiro apresenta e explica o que é o “paradoxo de Adam Smith”, expondo elementos que o corroboram ou que o refutam, determinando a ruptura ou a continuidade entre as duas obras.

Capítulo IV: A Teoria dos Sentimentos Morais

A *Teoria dos Sentimentos Morais* é uma teoria do julgamento moral fundada sobre os sentimentos dos indivíduos, que introduz uma complexidade na análise da intersubjetividade dos sujeitos sociais e chama a moralidade para coadjuvante do interesse privado, permitindo uma compreensão complexa da ordem social liberal do mercado, que passa pela observação, pela experiência, pela análise concreta do comportamento humano, pelo entendimento de uma subjetividade construída socialmente.

Porém, antes que se inicie a apresentação desta obra, é interessante que se defina o que são *sentimentos morais*. Embora alguma controvérsia pudesse surgir quanto ao melhor enunciado, parece razoável utilizar a pista deixada por Dugald Stewart na Biografia Crítica de Smith, que introduz a *Teoria dos Sentimentos Morais* desde a sexta edição desta, principalmente por que foi escrita em 1793, sendo praticamente contemporânea de Smith e do ambiente em que escreveu.

É possível observar, no princípio do segundo capítulo da Biografia, intitulado “Sobre a *Teoria dos Sentimentos Morais* e a *Dissertação sobre a origem das línguas*”²¹, que a idéia de percepção é o elemento central da definição de sentimentos morais, ou das idéias morais dos indivíduos. Assim, eles são as percepções individuais acerca da moralidade. Neste trecho, Stewart diz:

²¹ A *Teoria dos Sentimentos Morais* teve anexada uma *Dissertação sobre a origem das línguas* desde, provavelmente, a sua segunda edição, segundo relata Stewart na Biografia, mas este texto havia sido publicado, inicialmente, seis anos antes.

“A ciência da Ética foi dividida pelos escritores modernos em duas partes: uma compreende a teoria da Moral e a outra, as doutrinas práticas. As questões sobre as quais se dedica a primeira são (...): primeiro, por qual princípio de nossa constituição somos levados a formar a noção de distinções morais – pela faculdade que, nos outros objetos de conhecimento humano, *percebe* [percepção associada ao conhecimento] a distinção entre o verdadeiro e o falso, ou por algum poder peculiar da *percepção* [percepção pura] (chamado por alguns de Senso moral) a que agrada um conjunto de qualidades e desagradam outros? (...)” (2002: p. XXI, grifo meu).

Então, pode-se partir para a apresentação desta obra, na qual Adam Smith toma como ponto de partida o homem como ele realmente é, herança do realismo inaugurado por Maquiavel, atestando sua preocupação em entender as paixões que o movem. A universalidade da paixão humana expressa no desejo de melhorar a sua própria condição, que Smith herda de Hume, fornece os microfundamentos de uma ordem, articulando o interesse privado ao coletivo. Ao trasladar a verdade de um plano puramente racional para o plano vital, ligado a uma historicidade, ocorre uma adequação da verdade à vida mediada pela ética. A verdade passa a ser uma adequação do pensamento à realidade (Ganem, 2002: p. 108).

Como, para o autor, não há um sentido moral inato, as regras sociais nascem das experiências privadas²². A partir da experiência o sujeito smithiano exerce a sua imaginação, segundo grande aspecto da obra, através da qual é possível formar uma idéia do que se passa na mente do outro, ou seja, colocando-se no seu lugar, concebe-se quais são as suas verdadeiras sensações. Este é o ponto de partida da análise que Smith faz do indivíduo. Em suas próprias palavras:

“A imaginação permite nos colocarmos na posição do outro, padecer seus sofrimentos, entrar por assim dizer em seu corpo e chegar a ser, em alguma medida, uma única pessoa, formando assim uma idéia de suas sensações, sentindo algo parecido, embora de intensidade menor.” (Smith, 1976a: p. 50).

A complexidade da análise social do autor, reconhecido este ponto de partida, reside na possibilidade de mudança nas posições imaginárias, com a experiência se traduzindo em fio condutor para que seja possível a imaginação funcionar. Os indivíduos são colocados, na *Teoria dos Sentimentos Morais*, de maneira ativa no binômio ator-espectador: o ator age, sofre, sente e vivencia uma situação; e o espectador se imagina no lugar do ator, e, quando não há o espectador, o ator se imagina efetivamente substituindo-o, observando como ele o faria e encarnando as normas sociais vigentes. Ao se imaginar no lugar do outro, os

²² Portanto, como as regras sociais são fundadas na experiência privada, elas seriam tão mais variáveis quanto maiores fossem as diferenças entre a experiência de cada indivíduo que compõe uma determinada sociedade.

indivíduos se sensibilizam, se identificam e formam seus juízos. Em contrapartida, aquele que age, deseja que se simpatize com ele, tem o desejo imperioso de ser aprovado (Ganem, 2002: p. 109).

A prerrogativa de vivenciar uma situação através da “troca de papéis”, ou seja, uns colocando-se no lugar dos outros, se identificando com as ações dos outros, só é possível através da imaginação e reafirma a idéia de Hume de que “os espíritos dos homens são espelhos uns para os outros”, o que significa dizer que os indivíduos não estão isolados. Em suas próprias palavras:

“Suponhamos que somos espectadores de nosso próprio comportamento e tratamos de imaginar que efeito isto produz em nós. Este é o único espelho mediante o qual podemos, em alguma medida, controlar com os olhos dos demais a correção de nossa conduta” (Smith, 1976a: p. 230)

Este indivíduo que tira a sua substância do reconhecimento do outro por meio das relações sociais mostra que o vínculo do ser humano com a verdade é ético. Ao identificar uma incompletude do ser humano, e portanto uma necessidade intrínseca do outro, o autor mostra a importância de se levar em conta a intersubjetividade e a sociabilidade presentes na emergência das regras morais (Ganem, 2002: p. 109). É a partir da experiência e da imaginação que Smith mostra como os juízos éticos são formados, afirmando incondicionalmente que as normas morais são produções sociais. Segundo ele,

“Cada característica de um ser humano é a medida com a qual se julga a mesma característica do outro, eu avalio sua percepção pela minha percepção, seu ódio, pelo meu ódio, sua razão pela minha razão, seu ressentimento pelo meu ressentimento, seu amor segundo o meu amor. Não tenho nem posso ter outra forma de julgá-lo. (...) Assim é como se formas as regras gerais da moralidade. Baseiam-se, em última instância, na experiência dos que aprovam nossas faculdades morais ou no nosso sentido de mérito e de correção.” (Smith, 1976a: p. 66 e 291-292).

Para deixar claro que a convivência entre os indivíduos é a fonte definidora da moralidade, Smith recorre a um princípio da natureza humana que leva os indivíduos a compartilhar as paixões dos outros: a simpatia, que “não é um sentimento egoísta. (...) Ainda que seja correto argumentar que a simpatia surge de uma imaginária troca de papéis, ela tem lugar na minha própria pessoa.” (Smith, 1976a: p. 554). Por meio da imaginação, o espectador manifesta um sentimento de simpatia pelo ator, pois pode compreender a situação dele. Este movimento das paixões corrobora a idéia de Smith de que o ser humano é um ser social e que todas as suas paixões são causa de novas paixões (Ganem, 2002: p. 110).

Ao sublinhar a plenitude da simpatia, o autor abre espaço para outras paixões, como a admiração, o amor e o amor-próprio. O amor, segundo ele, é o veículo do sentimento de justiça, indispensável à sociedade, muito mais importante que a benevolência e mais virtuoso que a prudência, que, fruto do autocontrole estóico, merece aprovação, enquanto a sabedoria e a justiça merecem aplausos (Ganem, 2002: p. 111). Sua idéia sobre o amor ao próximo estaria mediada pelo amor-próprio, que seria passível de induzir atos virtuosos e produzir bem-estar para o outro.

Ademais, há em toda a *Teoria dos Sentimentos Morais* a noção de adequação (propriety), que permite alcançar o sentido ético presente no tratado de moralidade do autor e abrir, a partir daí, para o entendimento das normas morais vigentes. A adequação fornece novas luzes sobre o desejo imperioso de ser aprovado e reconhecido, e, conseqüentemente, sobre a construção do amor-próprio (Ganem, 2002: p. 112). Smith, assim, não se limita à intersubjetividade, definindo as relações sociais da humanidade, mas estabelece uma relação do indivíduo com sua própria conduta, sendo esta uma conduta social.

A importância da noção de adequação está sublinhada em Zanini (1997: p. 123), que afirma tratar-se de um conceito que sai do âmbito da experiência e reemerge constantemente na obra de Smith. Na *Teoria dos Sentimentos Morais* fica claro que o espectador aprova o que ele próprio acha justo e apropriado, ou seja, quando existe um sentimento de adequação com o objeto que o provoca. Fiel às idéias de Smith, Stewart (1998: p. 245) afirma: “O grande objetivo de um homem sábio e virtuoso não é apenas agir de modo a obter a aprovação de quem rodeia, mas sim atuar de modo a converter-se no objeto justo e adequado da sua aprovação”.

As regras morais podem ser internalizadas e, portanto, é feita uma mediação entre os indivíduos e o espectador imparcial de sua própria conduta no qual se tornaram ao internalizar o sentido de adequação, verificando o mérito de seus atos e estabelecendo uma regra geral em que todas as ações que os tornam depreciáveis devem ser evitadas (Ganem, 2002: p. 113). Existiria um tribunal hipotético na própria consciência dos indivíduos, elemento construtor do seu amor aos outros e do amor a si próprio.

Ademais, este sentido de adequação se presta ainda a estabelecer uma distinção entre o homem prudente e o homem sábio e virtuoso. O primeiro é capaz de agir com autocontrole, de cuidar da sua vida e do seu trabalho e de lutar para melhorar a sua própria condição; ele tem amor-próprio e age com perfeita adequação às regras morais vigentes. Por outro lado, “o

indivíduo sábio e virtuoso está sempre disposto a sacrificar o seu interesse particular em prol do interesse coletivo” (Smith, 1976a: p. 421).

Neste sentido, fica clara a distinção entre o homem virtuoso, que age de acordo com as normas morais ideais, e o prudente, que age adequadamente à moralidade vigente para obter aprovação. Isto fica claro quando se observa que, em diversas passagens, Smith sublinha que a prudência, embora respeitável, não é a mais nobre das virtudes. Além disto, é no homem prudente que se tem um dos pontos de contato entre as duas obras, o que pode ser visto em Heilbroner (1982), que retoma a idéia de Macfie de que o homem econômico da *Riqueza das Nações* é o homem prudente da *Teoria dos Sentimentos Morais*.

Por fim, aliando-se o conceito de adequação à idéia do amor-próprio construído numa sociedade hierarquizada, Adam Smith dá a pista para a causa da corrupção dos sentimentos morais dos indivíduos. Segundo ele:

“(...) é porque os homens são inclinados a manifestar simpatia pelas nossas alegrias e não pelas nossas aflições que nós dissimulamos nossa pobreza e sublinhamos nossas riquezas. Nada é mais humilhante que expormos nossa miséria aos olhos do público e sentir que nossa situação é visível para todos... É por isso que perseguimos a riqueza e escondemos a pobreza.” (Smith, 1976a: 123).

Assim, ele dedica um capítulo da obra à corrupção dos sentimentos morais, que seria ocasionada por esta inclinação a admirar os ricos e ignorar os pobres. Neste capítulo, ele afirma que “(...) a propensão dos homens a simpatizar com a alegria é muito mais intensa do que com a tristeza” (Smith, 1976a: p. 138). Apesar de a *Teoria dos Sentimentos Morais* se constituir num tratado sobre a moralidade, isto é, das relações morais ideais da humanidade, Smith estava preocupado em compreender estas relações numa sociedade hierarquizada, ainda que estas lhe parecessem um tanto perniciosas e já deterioradas.

Mas embora esta seja uma moralidade deteriorada²³, é ela de que ele pretende dar conta e que permite compreender em toda a sua extensão e complexidade a idéia de sujeitos e juízos morais construídos socialmente. Através do conceito de adequação, é possível aproximar a moral burguesa vigente das relações capitalistas nascentes e sublinhar as regras morais como operador social, tão importante quanto a mão invisível. Assim, é possível, ainda, reconciliar moral e economia na obra de Adam Smith.

²³ Conforme observa Witzsum (1998: p. 511), “Uma sociedade de auto-interessados pode ser considerada moralmente boa por pessoas auto-interessadas, o que não quer dizer que aos olhos de Adam Smith não ocorra uma degradação do sentido de moralidade”.

Capítulo V: A Riqueza das Nações

A obra *Uma investigação acerca da natureza e as causas da Riqueza das Nações* é a exposição de uma teoria do funcionamento de uma sociedade capitalista emergente num contexto de mudanças rápidas e substanciais nos campos da política, da filosofia, da economia, dos direitos humanos etc. Há nesta obra dois elementos centrais relacionados à filosofia moral, quais sejam: a noção de interesse privado, que não pode ser confundido com egoísmo, mas que está intimamente ligado à pintura smithiana do homem prudente²⁴; e a propensão natural a “cambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra” (Smith, 2003: p. 18), que seria o princípio originário da divisão do trabalho.

Inicialmente, é interessante que seja entendida a trajetória seguida pela definição do primeiro destes elementos, o interesse privado, para que se possa melhor compreender em que sentido ele é empregado por Smith. A discussão acerca dos interesses surgiu a partir da idéia de oposição entre interesses e paixões, iniciada pelo Duque Rohan em 1638 e debatida por escritores ingleses e franceses nas décadas subseqüentes, que aplicaram esta dicotomia à conduta humana em geral (Hirschman, 1977: p. 45). Na verdade, esta idéia já estava implícita na obra de Maquiavel, o que fica evidente quando se observa que ele prescreve um comportamento característico para os governantes, embora ele não o tenha resumido a um único termo: interesse (Hirschman, 1977: p. 38).

Contudo, o significado do termo interesse foi sendo restringido de uma definição abrangente à busca da vantagem econômica. Mesmo os autores da época notaram tal fenômeno, o que pode ser observado no seguinte trecho de La Rochefoucauld: “Pela palavra interesse nem sempre entendo um interesse ligado à riqueza, porém mais freqüentemente um interesse ligado à honra ou glória” (La Rochefoucauld, citado por Hirschman, 1977: p. 42). Jean de Silhon, secretário do Cardeal Richelieu, também observou esta evolução do significado da palavra. Ele lista uma variedade de interesses e, em seguida, atribui a conotação desfavorável que se liga a expressões com a palavra interesse ao fato de que “o nome Interesse tem estado ligado exclusivamente, não sei como, ao Interesse da riqueza” (Silhon, citado por Hirschman, 1977: p. 42).

Buscando explicar esta passagem, poder-se-ia conjecturar, tendo em mente a França do século XVII, que, com o poder na época tão concentrado e estável, os interesses econômicos

²⁴ Heilbroner (1982) defende a tese de que o homem econômico presente na *Riqueza das Nações* é o homem prudente da *Teoria dos Sentimentos Morais*, onde as paixões de vaidade e prudência desta obra se transformam numa condução calma dos negócios daquela.

constituíam a única alternativa na qual as aspirações totais de uma pessoa comum poderiam visualizar oscilações importantes. O próprio Adam Smith apresentou este argumento como uma proposição geral ao discutir o que ele considerava o motivo decisivo do indivíduo: “Um aumento da fortuna é o meio pelo qual a maior parte dos homens propõe e deseja melhorar sua condição” (Smith, 1937 [Riqueza das Nações]: p. 325, citado por Hirschman, 1977: p. 43). Esta explicação parece ser suficiente para esvaziar a questão do estreitamento do uso do termo *interesse*, uma vez que o início do crescimento econômico tornou o aumento da fortuna uma possibilidade real para um crescente número de pessoas (Hirschman, 1977: p. 43).

Então, sabendo o que está por trás do conceito de interesse, pode-se analisar este primeiro elemento, que motiva o homem prudente da *Riqueza das Nações*, que tem “no desejo de melhorar a sua própria condição, um desejo calmo e desapaixonado” (Smith, 1976b, Livro II, Capítulo II). Este desejo é originário nada menos do que de uma vontade de obter a aprovação dos outros, que não é nem viciosa como afirmava Mandeville, nem destrutiva como descrevia Hobbes; é, por outro lado, louvável e portadora de felicidade, pois alicerça a consideração com o próprio interesse e a própria sorte, ou seja, o amor a si próprio.

Por sua vez, o amor-próprio serviria de combustível ao impulso por obter mais riqueza, que viria prover esta melhora na própria condição e que está visceralmente associado ao fato de os seres humanos serem menos sensíveis à miséria do que à opulência, razão pela qual “(...) o rico faz glória de suas riquezas e o pobre dissimula sua pobreza” (Smith, 1976a: p. 138). Desta maneira, o crescimento da riqueza pessoal, via interesse privado, alimentaria e daria proteção à individualidade do amor-próprio através da aprovação dos outros, que identificariam na abundância o sucesso. Assim, é imprescindível reconhecer a complexidade da noção de interesse privado, rejeitando a falsa dicotomia criada pela leitura reducionista da obra de Smith, que confunde o interesse privado com o egoísmo e a simpatia com a benevolência.

Mesmo os economistas da Escola Histórica Alemã (em especial Knies), que defendiam a inexistência de uma relação entre a *Teoria dos Sentimentos Morais* e a *Riqueza das Nações*, criticaram o reducionismo do interesse ao egoísmo. Para eles, existiriam dois instintos na natureza humana que ordenariam o interesse privado: o *selbstlieb*, que seria um comportamento de conservação compatível com o amor ao próximo (e portanto fonte da moral), e o *selbstsucht*, que seria de natureza essencialmente conflitiva (Bertrand, 1993). Assim, eles compartilhavam da noção de complexidade do interesse, onde poderiam coexistir tanto instintos egoístas quanto instintos sociais.

É precisamente esta coexistência de um instinto auto-referenciado, que define a capacidade isolada do calculador racional de agenciar meios em vista de fins, com o amor-próprio, que tira o seu reconhecimento do olhar do outro e pode reconciliar o interesse próprio com o do outro, que, longe de criar laços nocivos à estabilidade social, cria relações passionais estáveis, capazes de sustentar uma sociedade capitalista, provendo-lhe a estabilidade e os mecanismos necessários à sua reprodução e continuidade.

Desta maneira, a função exercida pelo interesse privado na *Riqueza das Nações* é a de instrumento através do qual os seres humanos expressam a sua individualidade e buscam satisfazer ao seu amor-próprio. Assim, o arcabouço teórico supostamente engendrado na construção do estereotipado *homo æconomicus* de J. S. Mill, dotado de uma racionalidade extrema e exclusivamente motivado por interesses egoístas, estaria corroído em sua essência, já que a explicação smithiana para a formação dos juízos morais e, mais ainda, para as regras da conduta humana funda-se no desejo de aprovação dos outros, numa clara demonstração da impossibilidade de se considerar os seres humanos como independentes.

É justamente esta impossibilidade que dá a pista para o entendimento do segundo elemento central da *Riqueza das Nações*: a propensão natural à troca. A suposição inicial é de que ela seja muito mais a conseqüência de uma outra característica humana, esta necessidade intrínseca do outro, do que propriamente uma característica em si, ou seja, se os indivíduos tendem a permutar uma coisa pela outra, isto se dá mais por que eles não possuem os meios para obter tudo quanto necessitam do que por possuírem um instinto guiando-os ao câmbio de mercadorias e bens.

Esta suposição começa a se confirmar quando é analisado o Capítulo II do Livro I da *Riqueza das Nações*, intitulado “*Do princípio que dá origem à divisão do trabalho*”. O próprio Smith diz, no princípio deste Capítulo, que esta propensão parece ser mais provavelmente “a conseqüência necessária das faculdades da razão e do discurso” (Smith, 2003: p. 18) do que um dos princípios originais da natureza humana. Ele continua:

“Numa sociedade civilizada, ele [o ser humano] necessita constantemente da ajuda e cooperação de uma multidão de gente, e sua vida inteira mal é suficiente para conquistar a amizade de umas poucas pessoas. Em quase todas as outras espécies animais, cada indivíduo, ao atingir a maturidade, torna-se inteiramente independente (...). Mas o homem quase sempre precisa da ajuda de seus semelhantes, e seria vão esperar obtê-la somente da benevolência.” (Smith, 2003: p. 19)

Assim, esta tendência à troca é natural não por ser uma característica inerente à natureza humana, mas o resultado direto desta necessidade mencionada pelo autor no trecho acima e fundada na incompletude do ser humano e na sua necessidade ontológica do outro. A tendência à troca não se refere apenas à obtenção da subsistência material (alimentos, vestimenta, moradia; em última instância, mercadorias e serviços), mas também à incapacidade dos indivíduos de formar juízos morais e de avaliar ações sem a presença, mesmo que hipotética, do outro²⁵; ela é a expressão máxima desta interdependência entre os indivíduos, que necessitam uns dos outros para tudo, até mesmo para desenvolver as habilidades comunicativas.

A partir destes elementos, torna-se tarefa menos árdua atribuir uma interpretação que associe estes dois elementos á indubitavelmente mais célebre passagem da *Riqueza das Nações*, qual seja:

“[o ser humano] Terá maiores chances de conseguir o que quer se puder interessar o amor-próprio deles [seus semelhantes] a seu favor e convencê-los de que terão vantagem em fazer o que deles pretende. (...) é dessa maneira que nós obtemos uns dos outros a grande maioria dos favores e serviços de que necessitamos. Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro e do padeiro que esperamos o nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelos próprios interesses [o amor-próprio]. Apelamos não à sua humanidade, mas ao amor-próprio, e nunca falamos de nossas necessidades, mas das vantagens que eles podem obter.” (Smith, 2003: p. 19)

Associando o conceito de interesse privado com esta visão acerca da propensão natural a permutar, que parece corroborada pelo exposto brevemente acima, e tendo em mente todos os elementos relacionados a eles, inclusive aqueles oriundos da *Teoria dos Sentimentos Morais*, pode-se perceber que o centro desta afirmativa não é o egoísmo, mas o amor-próprio, que dá vida ao interesse privado, que por sua vez encontra espaço para a sua atuação na sociedade através desta manifesta tendência ao câmbio.

Desta maneira, é possível identificar que o elemento central da *Riqueza das Nações* não é o interesse privado, mas justamente o sentimento que o anima: o amor-próprio. Nesta obra, o autor encontra o seu operador de coalizão teórica entre a natureza humana e uma vida em sociedade estabilizada por relações sociais entre indivíduos mutuamente dependentes: o interesse privado. Esta obra é uma investigação sobre como, a partir do ser humano caracterizado na *Teoria dos Sentimentos Morais*, é possível atingir uma ordem social baseada

²⁵ A primeira necessidade é elemento constituinte da *Riqueza das Nações*, enquanto a segunda, da *Teoria dos Sentimentos Morais*.

na liberdade individual, que geraria muito mais benefícios do que o contrário para a sociedade: através de sua propensão a cambiar, permutar e trocar uma coisa pela outra.

Capítulo VI: “Das Adam Smith Problem”

Tendo em mente as duas exposições acima, pode-se apresentar a questão da relação entre estas duas obras, cujo nome foi dado pela Escola Histórica Alemã: o paradoxo de Adam Smith. A partir do marco da referida Escola, duas teses antagônicas emergiram disputando a verdade sobre a obra deste autor. A primeira delas defende que há uma ruptura na trajetória intelectual de Smith, e conseqüentemente em sua obra. A outra tese afirma que há de fato uma unidade entre uma e outra.

Seção I: A tese da ruptura

Aparecendo pela primeira vez no argumento elaborado pela Escola Histórica Alemã, a tese de que há uma ruptura radical entre a *Teoria dos Sentimentos Morais* e a *Riqueza das Nações* foi elaborada inicialmente por Roscher (1843). Ele foi seguido por Hildebrand (1848), Knies (1853) e Schmoller (1870), e sua tese marcou uma posição crítica com relação à concepção extrema do liberalismo, que sugeria que a perseguição dos interesses individuais egoístas resultaria sempre em um sistema harmonioso.

Knies acusa o próprio Smith de ter confundido os dois instintos que coexistiriam no interesse privado: o instinto egoísta, naturalmente conflitivo (ao contrário do que se propalava), e o instinto social, que conciliaria os interesses individuais com os interesses do outro e onde estaria a fundação moral da sociedade. A confusão destes dois instintos reforçou uma psicologia reducionista da natureza humana e a idéia de que existiria uma impossibilidade na obra do autor de conciliar o sentimento moral altruísta (simpatia) com o egoísmo (Bertrand, 1993).

No último quarto do século XVIII, Skarzynski (1878) tenta provar a ruptura no pensamento de Smith defendendo o conhecido argumento da influência do materialismo francês durante sua estadia na França, que exporia a troca do predomínio da ética de seu mestre James Hutcheson pela autoridade do racionalismo francês de Helvétius. Ele desenvolve o tratamento da moral e da economia como dois universos isolados e independentes, sendo possível isolar o egoísmo da simpatia e, com isto, tratar separadamente os dois universos (Raphael & Macfie, 1976; e Bertrand, 1993).

No século XX, dentre os que defendem esta tese destaca-se Jacob Viner, que afirma que “Na sua obra anterior [Teoria dos Sentimentos Morais], Smith foi um filósofo meramente especulativo (...) [enquanto] na Riqueza das Nações, Smith usou uma rica coleta de dados (...) e toda vez que surgiu um conflito grave entre sua generalização e seus dados, Smith abandonou a generalização” (Viner, 1971: p. 332-333). Para Viner, a *Riqueza das Nações* significaria realismo em última análise, expresso em ruptura com o pensamento supostamente metafísico da *Teoria dos Sentimentos Morais*.

O argumento de Skarzynski e Viner, de que haveria dois domínios separados para a simpatia (esfera moral) e para os interesses (esfera econômica), foi retomado por Louis Dumont, que publicou em 1977 sua tese *L’Homo Aequalis*, onde defende que a economia precisaria se emancipar da política e da moral para se constituir numa ciência autônoma, o que teria levado Smith a passar de filósofo a economista (Ganem, 2000: p. 21). Albert Hirschman compartilha desta idéia em sua tese de 1977, onde elabora uma arqueologia da noção de interesse nas suas múltiplas formas, desde o interesse privado até o interesse do ganho material.

Ademais, uma das leituras mais reducionistas da obra de Smith, que eleva a *Riqueza das Nações* ao posto de contribuição teórica que encerra isoladamente toda a herança de Smith para o estudo da economia, é aquela canonizada pelos neoclássicos, que passa ao largo do debate acerca do “paradoxo de Adam Smith”. Ângela Ganem supõe que isto se deveu ou a um desinteresse pela discussão ou ao interesse em afirmar a autonomia da economia em face de fatores exógenos, tais como valores, normas, moralidade e instituições (Ganem, 2000: p. 22). Esta leitura se identifica com uma visão linear, progressiva e cumulativa da história do pensamento econômico, que vê a solução de Adam Smith como o embrião literário do modelo canônico walrasiano (Fry, 1992).

Assim, fundadas no ideal de desprendimento da filosofia, da política e da moral, algumas leituras que defendem a tese de que haveria uma ruptura no pensamento de Smith na passagem da *Teoria dos Sentimentos Morais* para a *Riqueza das Nações* buscam exorcizar do estudo econômico, como parte de seu projeto de desenvolver uma economia exclusivamente positiva, os elementos intransigentes e indesejáveis que trazem caos e desordem aos modelos matemáticos. Ao mesmo tempo, elas parecem associar a mudança de enfoque entre as duas obras com a necessidade de se estudar a economia e a filosofia moral como duas ciências distintas e independentes.

Seção II: A tese da unidade

Para os estudiosos de Smith, o consenso sobre a importância e a unidade inequívoca de sua obra existe e se difunde cada vez mais. Em defesa da unidade da obra e, por conseguinte, em reação à tese da ruptura proposta pela Escola Histórica Alemã, podem ser distinguidos três momentos históricos: o primeiro, por volta de 1890; o segundo, com os trabalhos de Glenn Morrow publicados em 1924; e o terceiro, mais contemporâneo, onde se destacam as contribuições de Jean Pierre Dupuy (Ganem, 2000: p. 22).

A primeira reação à ruptura aparece, inicialmente, por volta de 1890, quando é veiculado²⁶ o argumento de que, antes mesmo de sua partida para a França, Smith já teria formulado as bases da *Riqueza das Nações* e que teria feito uma relação entre as duas obras (Ganem, 2000: p. 23). Assim, o argumento de ruptura baseado numa mudança de enfoque fruto da contaminação de Smith pelo frio racionalismo francês foi esvaziado. Ademais, Adam Smith reeditou seis vezes a *Teoria dos Sentimentos Morais*, sendo a última no ano de sua morte, após a publicação da *Riqueza das Nações*, além de ter concebido, em seus últimos escritos, sua obra como algo unificado.

O segundo momento da defesa da tese da unidade sai dos argumentos factuais e se concentra na noção de simpatia, com a publicação, em 1924, de dois estudos de Glenn Morrow. Contra o argumento da Escola Histórica Alemã de que a economia e a moral seriam domínios diferentes, ele demonstra que o auto-interesse pode ser definido como virtude moral, unindo os dois mundos. No mundo moral, a harmonia se funda sobre o princípio operador da simpatia, enquanto no mundo econômico, sobre o princípio operador do interesse, mas ambos se articulam sobre o mesmo operador moral (Ganem, 2000: p. 23).

O terceiro momento trata da versão contemporânea da unidade da obra, em que é possível observar inúmeros enfoques sobre as possibilidades de união entre as duas obras. Heilbroner (1982), por exemplo, retoma a idéia de Macfie de que o homem econômico da *Riqueza das Nações* é o prudente homem da *Teoria dos Sentimentos Morais*. Smith partiria do ser humano primitivo, no início da *Teoria*, e chegaria ao indivíduo socializado exposto ao olhar do outro, no final da mesma obra e também no início da *Riqueza das Nações*. Assim, ter-se-iam um ponto de passagem e uma demonstração da união entre as duas obras.

²⁶ Baseando-se na publicação de “*Lectures on jurisprudence*”.

Embora este argumento de Heilbroner seja interessante para recuperar o caminho da unidade da obra, parece muito mais rico importar a idéia da sociologia de entender a ordem social como espaço teatralizado. Segundo Marshall (1984), toda a *Teoria dos Sentimentos Morais* é o palco onde as angústias das pessoas se manifestam quando são colocadas sob o olhar dos outros. O reconhecimento moral permite mostrar a incompletude do ser humano, sua não-auto-suficiência e sua necessidade infinita do outro. Esta idéia foi retomada por Pack (1991), Dupuy (1992), Justman (1993), Todorov (1996), Zanini (1997) e Brown (1997).

Dupuy retoma a discussão em torno do interesse privado, presente nas duas obras e repetidamente explorado na *Riqueza das Nações*, que permitiria duas leituras: uma, identificando o interesse privado ao self-interest, que caracterizaria um ser humano autocentrado, auto-suficiente e que poderia ser traduzido perfeitamente pelo homo *æconomicus* da Escola Neoclássica; e outra, com o amor-próprio (self-love) como eixo do interesse e que retiraria toda a sua substância do reconhecimento do outro, reafirmando ontologicamente sua substancial incompletude, fruto da necessidade visceral de aprovação.

Para compreender melhor este ponto, é possível sublinhar quatro interlocuções que Smith faz e Dupuy deixa transparecer em seu argumento: com o cristianismo, com Hume, com Rousseau²⁷ e com a filosofia empirista. Com o cristianismo, Smith teria invertido a máxima cristã de “ama ao próximo como a ti mesmo” para “ama a ti mesmo como tu amas ao teu próximo”. De Hume, Smith teria recuperado a idéia de que “os espíritos dos homens são espelhos uns dos outros”, introduzindo a idéia do homo *mimeticus*. Finalmente, ao mostrar que as normas não são transcendentais, mas interiorizadas a partir de experiências, Smith reafirmaria sua filiação à filosofia empirista (Ganem, 2000: p. 26).

Retomando o conceito de simpatia, ponto central da *Teoria dos Sentimentos Morais*, Dupuy elimina todas as interpretações equivocadas acerca dele, identificando o julgamento da aprovação como centro propulsor da noção. O desejo imperioso de ser aprovado daria substância ao amor-próprio, tornando-o indissociável da simpatia e estabelecendo uma relação nítida entre as duas obras. No lugar de fundar a dinâmica da ordem social no conflito, Dupuy identifica uma aproximação de Smith com Thorstein Veblen, que fundam a estabilidade da ordem social nas regras morais. Em suas próprias palavras “longe de fundar a dinâmica social sobre um princípio de diferenciação, esses dois autores [Smith e Veblen] dão conta da

²⁷ A interlocução que Dupuy estabelece de Smith com Rousseau é via o teatro. No entanto, é interessante frisar que Rousseau influenciou Adam Smith com o seu Tratado acerca da Desigualdade Humana.

estabilidade das relações sociais pelo princípio do acordo e pelo desejo de semelhança: a simpatia” (Dupuy, 1992b: p. 161).

Embora descarte o conflito, a visão de simpatia de Dupuy recupera a perspectiva ácida de Smith sobre a degradação dos sentimentos morais. Na análise de uma sociedade hierarquizada, o desejo de ter o que os outros têm é a manifestação ambivalente de inveja e simpatia, cuja coabitação com o amor-próprio seria o principal ingrediente para a permanência da ordem social. Assim, não sem fundamento, Dupuy é incisivo ao afirmar que Adam Smith convoca toda a sua teoria moral e social para a elaboração do modelo do mercado como explicação da ordem social.

PARTE III – O QUE EMERGE DA RELEITURA DE ADAM SMITH

Finalmente, esta terceira e última Parte integrante do trabalho tem por objetivo expor brevemente aquilo que se acredita emergir de mais importante da releitura destas duas obras-primas de Adam Smith, quais sejam a *Teoria dos Sentimentos Morais* e a *Riqueza das Nações*. Cabe ressaltar que não se trata de uma nova visão acerca do pensamento do autor expresso nestas obras, mas tão-somente apresentar as interrogações que surgem (e que de fato surgiram) quando se faz uma leitura à luz do contexto no qual estava inserido o autor e do debate sobre a existência de conexão entre estas duas obras.

Capítulo VII: Duas lições

A releitura que se processou nos seis Capítulos anteriores teve um instrumento central: a necessidade de contextualização de Adam Smith, sendo considerado o ambiente no qual produziu, associada à visão de suas proposições como úteis à compreensão do mundo atual, de maneira a tornar possível compreender o seu pensamento. Durante muito tempo ele até foi assim considerado, mas acredita-se que por razões equivocadas, posto que tal consideração se baseava no endeusamento da obra *Riqueza das Nações* isoladamente, ignorando-se por completo a genialidade empregada pelo autor na obra *Teoria dos Sentimentos Morais*.

Se de fato ele foi tão importante na construção da Ciência Econômica enquanto campo de estudo separado da filosofia, do que não se tem a menor dúvida, é no mínimo curioso que ainda haja algum debate sobre o que Smith quis dizer nesta ou naquela passagem. Fosse um filósofo grego ou algum outro autor anterior à Idade Média, seria mais compreensível, já que grande parte dos escritos se perdeu e os que restam são, em geral, apenas fragmentos. Mas a obra de Smith está aí, disponível para quem desejar lê-la e tentar compreendê-la, embora seja reconhecido que a leitura dos originais de qualquer autor clássico não seja tarefa fácil.

A identificação deste fato particularmente incompreensível leva a uma série de interrogações sobre a qualidade das leituras técnicas que foram feitas da obra do autor. Não se questiona a capacidade daqueles que as elaboraram, mas advoga-se que uma leitura parcial e incompleta das contribuições do autor não pode ser considerada superior a outra que as considera como partes de um todo, articulando-se e interagindo constantemente. A defesa aqui é a de que somente uma leitura completa da obra de Smith pode fornecer os caminhos para uma compreensão integrada dela, através de uma visão global do que pensava o autor.

Entretanto, mais importante do que pôr em rota de colisão as duas visões antagônicas acerca da maneira de ler a obra de Smith, e da própria obra em si, é observar a atitude daqueles que buscam compreender o pensamento do autor de maneira articulada e como uma teoria sem descontinuidades; é traçar um paralelo dos procedimentos adotados por eles para poder identificar os pontos em comum na obra e, mais ainda, entre a Ciência Econômica e a Filosofia e a Ciência Política.

A partir deste reconhecimento e seguindo a linha sugerida acima, é possível identificar dois pontos de convergência principais entre os autores que buscaram compreender a obra de Smith e que ficam como lição para a elaboração de qualquer trabalho científico. Todos estes autores procederam a uma leitura consistente da obra, avaliando não somente o que Smith colocou em palavras, mas também aquilo que pode ser depreendido dos conceitos empregados por ele, que são por si só carregados de significado e teoria. Todos eles, ainda, buscaram compreender todo o contexto em que se situou o autor, pois certamente estavam cientes de que ninguém consegue ter uma produção intelectual isenta da influência dos acontecimentos e do modo de pensar contemporâneos a si.

A primeira lição diz respeito a uma preocupação inerente a todos os campos do conhecimento humano, ou pelo menos que se sugere que a ciência como um todo deveria ter: a de estudar, analisar e investigar as questões da natureza dos seres humanos, da sociedade e do mundo físico levando-se em consideração todos os aspectos relacionados ao objeto de estudo. Neste sentido, haveria uma redução no espaço reservado a simplificações excessivas da realidade, posto que estas tendem a desprezar deliberadamente algumas variáveis, sob o pretexto de que seriam irrelevantes para a análise ou que trariam um grau de complexidade exagerado e, portanto, indesejável.

Contudo, é imprescindível que os estudos científicos contemplem o máximo de elementos possível, até para que seja descartado um possível efeito borboleta, ou seja, que a influência que um aspecto mínimo e aparentemente irrelevante poderia gerar não fique excluída do modelo em função da ausência deste aspecto. Procedendo de tal maneira, é possível que a ciência como um todo consiga atingir um novo patamar de desenvolvimento técnico-científico, ultrapassando barreiras antes intransponíveis devido a limitações operacionais que podem ser superadas com relativa facilidade com o uso de computadores e outros artigos de elevado conteúdo tecnológico recém-desenvolvidos.

A segunda lição está associada à necessidade de que seja observado o contexto no qual qualquer autor produz para que se tenha uma profunda compreensão do espírito que o animava em seu momento criativo, e isto se aplica não somente à ciência como também às artes em geral. Esta lição põe em evidência o fato de que independente da vontade individual, mesmo um cientista ou um artista, todos estão suscetíveis à influência, por menor que seja, do ambiente ao qual estão integrados.

Assim, é indispensável a qualquer análise a respeito de um autor (ou artista) não-contemporâneo, que seja estudado e compreendido o seu mundo, as características da sociedade, os aspectos políticos, o grau de intercâmbio com outras civilizações, o grau de desenvolvimento do sistema educacional, entre inúmeros outros elementos. Para que uma análise seja considerada completa, ela deverá englobar tanto um estudo de contextualização quanto um esforço de aprofundamento conceitual, posto que as palavras assumem novos significados e abandonam antigos²⁸, o que é um campo minado para este tipo de estudo.

Capítulo VIII: Um desafio

A brilhante construção feita por Adam Smith ao longo de sua obra partiu da célula social mínima, a interioridade dos indivíduos, para mostrar uma cadeia de processos que se sucede dentro dos indivíduos, entre indivíduos e, finalmente, na sociedade como um todo. Estes processos se relacionariam, gerando uma seqüência de interações que viriam a originar relações sociais estáveis e capazes de permitir a reprodução da humanidade e da sociedade.

A adoção deste método de análise não é mera coincidência, mas o produto do período diversificado e fértil em que vivia e produziu Smith, posto que um dos elementos centrais do Iluminismo era o humanismo, herança do Renascimento e dos autores clássicos. O humanismo clássico, patriarca, neste caso, dos dois outros movimentos, advogava que todas as coisas deveriam ser avaliadas em função da sua relação com o ser humano, ou seja, que o ser humano seria a medida de todas as coisas, induzindo assim filósofos e estudiosos a realizar suas análises a partir dele.

Na verdade, acima de qualquer outro aspecto, esta visão antropocentrista caminhava carregada do desejo e da necessidade de auto-afirmação, o que se torna mais nítido quando se vê que outro elemento estava presente nestes períodos (Clássico, Renascentista e Iluminista):

²⁸ É possível observar, na própria obra de Smith, que as palavras filosofia, ciência e arte eram usadas indistintamente, ao passo que, com o tempo, estas palavras foram adquirindo significado próprio e distinto.

o individualismo, que reforçava a afirmação dos indivíduos perante a autoridade da tradição, tanto no pensamento filosófico quanto no campo político-social. Assim, talvez mais do que uma construção dos pensadores da época, o antropocentrismo era uma resposta dada pela população aos “dirigentes do mundo”.

Então, participando de tal movimento, que teve seu ápice político na Guerra de Independência Americana e na Revolução Francesa, que tiveram impacto importantíssimo tanto na Europa continental quanto insular, e filosófico com a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, Smith adotou a ótica antropocêntrica para a Teoria Econômica, dando origem ao que será chamado, neste Capítulo, de antropocentrismo econômico, ou seja, à análise dos movimentos e processos econômicos a partir de uma concepção do ser humano que funda e dá substância às instituições, tais como a troca, o comércio, o mercado, as relações entre agentes econômicos.

Contudo, torna-se cada vez mais evidente que o ser humano não é “a medida de todas as coisas”, como acreditavam e desejavam os filósofos de outrora. Ele, quer considerado socialmente ou em si, não parece ser mais tão central na análise dos fatos e no estudo das ciências. Apesar de ainda haver campo para o progresso da ciência no estudo categórico dos fatos e mecanismos de funcionamento da sociedade e da natureza, parece claro que mais importante do que observar estaticamente a sua relação com o ser humano, é analisar a dinâmica que se processa entre eles.

Assim, não se trata de esconjurar das pesquisas científicas o ser humano, mas de relegá-lo à sua verdadeira posição, a de mais um elemento constituinte do universo objeto da análise. As próprias mudanças que podem ser observadas no mundo atual parecem querer mostrar que mais importante que entender os aspectos da vida isoladamente é observar a interação que se dá entre eles; mais relevante do que conhecer profundamente todos os aspectos relacionados à menor partícula da matéria é ter uma noção mínima do universo; e, acima de qualquer coisa, compreender que o imprescindível não é o conhecimento estático, mas a dinâmica que se processa no pensamento e no mundo.

Então, tendo esta concepção em mente, pode-se vislumbrar a necessidade de entender que a explicação dos fatos da natureza não passa por regularidades estatísticas, as quais mostram nada mais do que o grau de repetição de um evento numa determinada amostra. A utilização de um modelo que “simplifique” a realidade para a elaboração de um estudo foi uma ferramenta extremamente útil, sem a qual a ciência dificilmente teria chegado onde está,

mas o progresso clama pela adoção de modelos completos (e a tecnologia que existe contemporaneamente o permite).

Neste sentido, é de extrema relevância que seja reconhecida a exaustão da análise baseada no isolacionismo metodológico, ou seja, no estudo aprofundado das peças que integram uma pequena engrenagem, pois de tanto observar e esquadrihar os mínimos mecanismos que fazem a fechadura funcionar, esquece-se de abrir a porta e ver como os diferentes elementos interagem e se harmonizam, ou seja, de tanto investigar sobre a natureza de uma individualidade²⁹, aquilo que a torna viva e socialmente reconhecida fica excluído do corpo da análise, que é a sua relação com as demais individualidades.

Por conseguinte, o enorme desafio que se anuncia para a ciência, e assim também para a Economia, é o de superar a atomização analítica, e a análoga superação do antropocentrismo econômico. É importante destacar que o que garante a perpetuação de qualquer elemento, seja ele um indivíduo, uma empresa, uma instituição religiosa ou um governo, é a sua relação com os demais elementos da vida, ou seja, que a definição ontológica de qualquer ente se dá em função da dinâmica de relacionamentos à qual ele está integrado e onde ele interage; somente através de uma visão do todo é possível compreender e responder às grandes questões da humanidade, considerando todas as engrenagens que compõem esta dinâmica e eternamente mutável máquina chamada vida em sociedade.

²⁹ Entendida como qualquer elemento objeto de estudo de uma ciência analisado isoladamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente é importante destacar que, juntamente com a crise econômica mundial que se deflagrou nos últimos, a Ciência Econômica também vive seu momento de contestação interna, quando mesmo os acadêmicos integrantes do *mainstream* discutem soluções para falhas em seus modelos matemáticos. Vale lembrar que, se a crise teve início numa bolha especulativa imobiliária, uma questão meramente financeira, foi após afetar a liquidez dos bancos ao redor do mundo que ela adquiriu características dramáticas.

Tecnicamente, o que esta crise trouxe foi a exposição pública de um frágil modelo de precificação de riscos e a apresentação ao mundo das conseqüências de um sistema financeiro praticamente sem regulação estatal. E o que estava por trás disto era uma Teoria Econômica que defendia a desregulamentação de mercados, pois, assim, eles funcionariam de maneira a eliminar os agentes menos eficientes e a fazer crescer os mais eficientes. É inegável que o sistema econômico necessite de liberdade, mas é importante que não seja adotado o conceito de “liberdade natural” de Thomas Hobbes, segundo o qual a liberdade seria equivalente a cada um agindo de acordo com suas paixões e interesses de maneira ilimitada.

Neste sentido, é importante sublinhar que o conceito de liberdade que melhor se adapta à esfera econômica de ação e a uma vida em sociedade estabilizada é aquele atribuído a John Locke. Para ele, a liberdade seria o direito que cada um tem de agir de acordo com as suas conveniências, buscando o melhor para si, mas que seria sempre limitado pelo igual direito dos demais indivíduos da sociedade. Portanto, na questão da regulamentação dos mercados financeiros, os agentes teriam a liberdade de tomar suas próprias decisões, mas estas iriam obedecer a parâmetros determinados por uma instância superior e imparcial.

Então, como disse Einstein: “O mundo não vai superar sua crise atual usando o mesmo pensamento que criou essa situação”, e, assim, há que se buscar um novo modo de pensar e enxergar o mundo, ou então adaptar um antigo, e, neste caso, a obra de Adam Smith é o ponto de partida ideal para a superação da crise atual na qual está submersa a Teoria Econômica. Isto se deve a ela ser a principal teoria ao mesmo tempo econômica e social, conforme pôde ser visto através da releitura elaborada ao longo deste trabalho, a que se tem acesso atualmente.

Contudo, este ponto de partida não se dá a partir de uma revisão crítica da obra *Uma Investigação acerca da Natureza e as causas da Riqueza das Nações*, mas se considerando as duas obras, esta e a *Teoria dos Sentimentos Morais*, de maneira integrada e complementar. Somente desta maneira será possível que a obra de Smith esteja bem articulada em si, bem como que sejam restabelecidos os laços que unem a Ciência Econômica às demais Ciências Sociais e à Filosofia.

Cabe destacar, ainda, que parte da filosofia moral detalhadamente descrita por Smith na *Teoria dos Sentimentos Morais* foi contemplada pela Teoria Microeconômica do economista estadunidense Thorstein Veblen, o que pode tornar o caminho para a construção de uma nova abordagem do problema econômico uma tarefa menos árdua, embora se acredite que alguns ajustes seriam necessários tanto em um quanto no outro.

Desta maneira, conclui-se, de todo o exposto ao longo deste trabalho, o seguinte:

- » Adam Smith foi um autor, até certo ponto, típico de seu tempo, imensamente fascinado pelas descobertas de Sir Isaac Newton e profundamente comprometido em dar uma resposta aos problemas de sua época, podendo a *Teoria dos Sentimentos Morais* ser entendida como o paralelo smithiano para o “Tratado sobre a natureza humana”, de seu amigo David Hume, e a *Riqueza das Nações*, como o paralelo às proposições de fisiocratas e mercantilistas;
- » A obra de Adam Smith é de singular qualidade e a genialidade do autor não permite à mente mais atenta acreditar que haveria uma ruptura em seu pensamento entre a *Teoria dos Sentimentos Morais* e a *Riqueza das Nações*, como se espera ter ficado claro que não houve;
- » A análise a respeito de um autor não-contemporâneo requer que seja estudado e compreendido o seu mundo, bem como a sua obra em toda a sua extensão e profundidade. Porém, para que tal análise seja considerada completa, ela deverá englobar tanto um estudo de contextualização quanto um esforço de aprofundamento conceitual, posto que as palavras assumem novos significados e abandonam antigos; e
- » O enorme desafio que se anuncia para a ciência, e assim também para a Teoria Econômica, é o de superar a atomização analítica, pois somente através de uma visão do todo é possível compreender e responder às grandes questões da humanidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, P. **Linhagens do Estado Absolutista**. 3^a ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
- BERRY, C. **Social theory of the Scottish enlightenment**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1997.
- BERTRAND, P. Histoire d'une question: Das Adam Smith Problem. **Journée d'Études de l'Association Charles Gide pour l'Étude de la Pensée Economique**, Paris, 1993.
- BIANCHI, A. M. A. F. **A pré-história da economia: de Maquiavel a Adam Smith**. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.
- BROADIE, A. Introduction. In: _____ (ed.). **The Cambridge companion to the Scottish enlightenment**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- _____. **The Scottish enlightenment: the historical age of the historical nation**. Edinburgh: Birlinn, 2001.
- BROWN, V. Mere inventions of the imagination: a survey of recent literature on Adam Smith. **Economy and Philosophy**, n. 13, p. 281-312, 1997.
- CERQUEIRA, H. E. A. da G. A mão invisível de Júpiter e o método newtoniano de Smith. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 36, n. 4, p. 667-697, outubro-dezembro, 2006a.
- _____. Adam Smith e seu contexto: o iluminismo escocês. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 1-28, janeiro-junho, 2006b.
- DICIONÁRIO BARSA DA LÍNGUA PORTUGUESA. Muniz, E. L. & Castro, H. M. T. (coord.). São Paulo: Barsa Planeta, 2006. 2^a ed. 2 v. 1136p.
- DICIONÁRIO BARSA DE SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS. Muniz, E. L. & Castro, H. M. T. (coord.). São Paulo: Barsa Planeta, 2006. 376p.
- DUMONT, L. **L'Homo Aequalis: genèse et épanouissement de l'ideologie économique**. Paris: Gallimard, 1977.
- DUPUY, J. P. **Le Sacrifice e l'envie: le Libéralisme aux prises de la Justice**. Paris: Calmann-Levy, 1992a.
- _____. **Introduction aux sciences sociales: logique des phénomènes collectifs**. Paris: Ellipses, 1992b.
- FRY, M. **Adam Smith's Legacy: his place in the development of modern economics**. London: Routledge, 1992.
- FUSFELD, D. **A era do economista**. São Paulo: Editora Saraiva, 2000.
- GANEM, A. Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: uma abordagem histórico-filosófica. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, 4(2), p. 9-36, julho-dezembro, 2000.
- _____. Economia e Filosofia: tensão e solução na obra de Adam Smith. **Revista de Economia Política**, Minas Gerais, v. 22, n. 4 (88), outubro-dezembro, 2002.
- HEILBRONER, R. The socialization of the individual in Adam Smith. **History of Political Economy**, n. 14 (3), p. 427-439, 1982.

- HIRSCHMAN, A. **As paixões e os interesses**: argumentos políticos a favor do capitalismo antes de seu triunfo. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1977.
- HUME, D. **Tratado da natureza humana**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- JUSTMAN, S. Regarding others. **New Literary History**, n. 27, p. 83-93, 1993.
- KANT, I [1784]. Resposta à pergunta: que é ‘esclarecimento’? In: _____. **Textos seletos**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.
- KENNEDY, P. **Ascensão e queda das grandes potências**. 17^a ed. Rio de Janeiro: Editora Campus-Elsevier, 1989.
- KREIMENDAHL, L. A filosofia do século XVIII como filosofia do iluminismo. In: _____. **Filósofos do século XVIII**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.
- MARCONDES, D. **Iniciação à História da Filosofia**: dos Pré-socráticos a Wittgenstein. 9^a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2005.
- MARSHALL, D. Adam Smith and the theatricality of moral sentiments. **Critical Inquiry**, n. 10, p. 592-613, 1984.
- NEWTON, I. **Optiks, or, a treatise of the reflexions, refractions, inflexions and colours of light**. London: Royal Society, 1704.
- PACK, S. **Capitalism as a Moral System**: Adam Smith’s critique of the Free Market Economy. Aldershot: Edward Elgar, 1991.
- PORTER, R. **The creation of modern world**: the untold story of the British enlightenment. New York: Norton, 2000.
- RAPHAEL, D. D. & MACFIE, A. L. **Introduction of the Theory of Moral Sentiments**. Oxford: Clarendon Press, 1976.
- REALE, G. & ANTISERI, D [1986]. **História da filosofia**: do humanismo a Kant. São Paulo: Editora Paulus, 1990.
- REDMAN, D. **The rise of political economy as a science**. Massachusetts: MIT Press, 1997.
- ROSS, I. **The life of Adam Smith**. Oxford: Clarendon Press, 1995.
- ROTHSCHILD, E. **Sentimentos econômicos**: Adam Smith, Condorcet e o Iluminismo. São Paulo: Editora Record, 2003.
- SAINTE-BEUVE, C.-A. **Causeries du Lundi**. Paris: Garnier, 1851.
- SEVCENKO, N. **O Renascimento**. 29^a ed. São Paulo: Atual Editora, 1994. (Coleção Discutindo a História).
- SMITH, A. **An Inquiry into the Nature and causes of the Wealth of Nations**. Oxford: Oxford University Press, 1976b.
- _____. **Teoria dos Sentimentos Morais**. São Paulo: Martins Fontes Editora, 2002.
- _____. **The Theory of Moral Sentiments**. Oxford: Clarendon Press, 1976a.
- _____. **Uma Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. 1^a ed. São Paulo: Martins Fontes Editora, 2003. 1^o vol.
- STEWART, D. [1811] Biografia Crítica. In: SMITH, A. **Teoria dos Sentimentos Morais**. São Paulo: Martins Fontes Editora, 2002.
- _____. [1795] Relación de la vida y escritos de Adam Smith. **Ensayos filosóficos**. Madrid: Ediciones Piramide, 1998.
- TODOROV, T. Living alone together. **New Literary History**, n. 24, p. 1-14, 1996.

- VINER, J. Adam Smith y o laissez-faire. In: SPENGLER, J. & ALLEN, W. **El pensamiento económico de Aristóteles a Marshall**. Madrid: Tecnos, 1971.
- WITZTSUM, A. A study into Smith's conception of the Human Character: Das Adam Smith Problem Revisited. **History of Political Economy**, n. 30, p. 3, 1998.
- WOOD, P. Science in the Scottish enlightenment. In: BROADIE, A. (ed.). **The Cambridge companion to the Scottish enlightenment**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- ZANINI, A. **Adam Smith: Economia, Moralle, Diritto**. Milão: Edizione Scolastiche Bruno Mondadori, 1997.